

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A EXPANSÃO FINANCEIRA DO CICLO SISTÊMICO DE
ACUMULAÇÃO NORTE-AMERICANO E SEU IMPACTO NA
DÍVIDA EXTERNA DA AMÉRICA LATINA: O CASO DO BRASIL**

FERNANDO CORRÊA PRADO

Florianópolis, Dezembro de 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A EXPANSÃO FINANCEIRA DO CICLO SISTÊMICO DE
ACUMULAÇÃO NORTE-AMERICANO E SEU IMPACTO NA
DÍVIDA EXTERNA DA AMÉRICA LATINA: O CASO DO BRASIL**

A banca examinadora constituída pelos professores Pedro Antônio Vieira, Nildo Domingos Ouriques e Felipe Amin Filomeno resolveu atribuir nota 10 (dez) na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho, que foi julgado adequado como condição parcial à obtenção de grau de bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Por: Fernando Corrêa Prado

Ass.: 

Orientador: Pedro Antônio Vieira

Ass.: 

Área de Pesquisa: Economia-mundo

Palavras Chave: 1. Ciclo Sistêmico de Acumulação
2. Dívida Externa
3. Brasil

Florianópolis, Dezembro de 2004.

AGRADECIMENTOS

Aos que fazem da luta o destino,

Muito obrigado.

Aos mestres da vida e do ensino,

Muito obrigado.

Aos que revelam a ideologia detrás,

Muito obrigado.

Aos que nunca saber é demais,

Muito obrigado.

Aos que passam e já estão de partida,

Muito obrigado.

E aos que comigo compartilham a vida,

Muitíssimo obrigado.

RESUMO

O curto horizonte temporal e espacial da maioria das explicações acerca da crise da dívida externa que abateu os países da América Latina no final dos anos setenta é notável. Muitos autores se detêm nos próprios anos desta década com a pretensão de explicar a questão da dívida externa. Outros focalizam a economia brasileira e, num segundo plano, a relaciona com as mudanças ocorridas no âmbito mundial. Algumas interpretações, mais raras, identificam a imposição das transformações da economia mundial sobre o território nacional de forma a apresentar o enorme crescimento da dívida daquela década e as posteriores políticas destinadas ao seu pagamento como um processo subordinado a um movimento de caráter sistêmico. Apesar do avanço destas últimas, muitas vezes a consistência de suas conclusões é tão limitada quanto seu horizonte temporal de estudo. Diante de tais considerações, o presente trabalho recorre ao modelo de análise desenvolvido por Giovanni Arrighi em sua obra “O Longo Século XX” para propor uma nova interpretação da crise da dívida externa latino-americana. A crise da dívida externa vivida pelos países latino-americanos a partir da década de 1970 e as conseqüentes políticas macroeconômicas direcionadas ao seu pagamento são entendidas como um processo intrínseco à etapa de expansão financeira do que Arrighi denominou de Ciclo Sistêmico de Acumulação norte-americano. O estudo concentra-se no caso do Brasil e, tendo em vista sua própria estrutura social, descreve a conjuntura interna que contribuiu – porém não determinou – para a enorme expansão da dívida externa durante a década de setenta.

ÍNDICE

CAPÍTULO I	5
1. <u>INTRODUÇÃO</u>	5
1.2. <u>APRESENTAÇÃO DO TEMA</u>	6
1.2 <u>FORMULAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA</u>	7
1.3 <u>OBJETIVOS</u>	11
1.3.1. <u>GERAL</u>	11
1.3.2. <u>ESPECÍFICOS</u>	11
1.4 <u>JUSTIFICATIVA</u>	12
1.5 <u>METODOLOGIA</u>	14
CAPÍTULO II	19
2. <u>POR UMA ANÁLISE SISTÊMICA</u>	19
2.1. <u>DA ECONOMIA NACIONAL AO SISTEMA-MUNDO</u>	19
2.2. <u>A AMÉRICA LATINA NO SISTEMA-MUNDO</u>	29
CAPÍTULO III	36
3. <u>A EXPANSÃO FINANCEIRA COMO FASE DE UM CICLO</u>	36
3.1. <u>OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO</u>	36
3.2. <u>A EXPANSÃO FINANCEIRA DO CSA NORTE-AMERICANO E SEU IMPACTO NA AMÉRICA LATINA</u>	44
CAPÍTULO IV	50
4. <u>A DÍVIDA EXTERNA E “AJUSTE ESTRUTURAL” NO BRASIL</u>	50
4.1. <u>A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA DOS ANOS 1970 E A EXPANSÃO FINANCEIRA: O CASO BRASILEIRO</u>	50
4.1.1. <u>A CRISE DA DÍVIDA E A “SAÍDA” EXPORTADORA</u>	60
4.2. <u>BREVE VISITA À EXPANSÃO FINANCEIRA DO CSA BRITÂNICO E SEU IMPACTO NO BRASIL</u>	66
CAPÍTULO V	71
5. <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	71
VI. <u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	74

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

Esta monografia aborda a crise da dívida externa dos anos 70/80 no Brasil com base na teoria elaborada por Giovanni Arrighi em “O Longo Século XX”. Procura-se relacionar o crescimento da dívida externa pública ocorrida em meados da década de 1970 e início da década de 1980 com a fase de expansão financeira do que Arrighi denominou de Ciclo Sistêmico de Acumulação norte-americano. Para tanto, além desta introdução, o trabalho está estruturado em mais quatro capítulos. O próximo capítulo delimita como unidade de análise adequada o sistema-mundo capitalista, bem como identifica a posição da América Latina dentro da estratificação hierárquica do moderno sistema mundial, dividido em centro, periferia e semi-periferia. No terceiro capítulo são evidenciados os principais conceitos propostos por Arrighi em sua obra, concentrando-se naqueles relacionados à expansão financeira; além disto, descreve-se o processo de expansão financeira do Ciclo Sistêmico de Acumulação norte-americano e seu impacto na evolução da dívida externa na América Latina. A primeira seção do quarto capítulo descreve as políticas econômicas relacionadas à dívida externa desde o final da década de sessenta até o início dos anos noventa; a segunda seção faz um rápido retorno à fase de expansão financeira do Ciclo Sistêmico de Acumulação britânico, observando as semelhanças do seu impacto no Brasil no que diz respeito à dívida externa e às políticas condicionadas ao seu pagamento. O quinto e último capítulo conclui o trabalho apresentando suas principais contribuições e os possíveis caminhos para avançar na interpretação da historiografia econômica latino-americana.

1.2. APRESENTAÇÃO DO TEMA

A tão conhecida “vulnerabilidade externa” dos países latino-americanos é objeto de inúmeros estudos e possui diversas explicações na área econômica. Neste sentido, desde as análises que utilizam como base teórica o conceito de “dependência”¹ até as abordagens que seguem a síntese neoclássica², a partir de qualquer postura teórica que se admita, a dívida externa aparece como elemento crucial para abordar a relativa falta de autonomia daqueles países no que tange às políticas econômicas domésticas e suas conseqüências internas e externas. Isto porque é consenso que “a dívida externa é [...] uma das faces das relações entre economia brasileira e aquilo que convencionalmente é designado por ‘resto do mundo’” (Cruz, 1983, p. 59).

A debilidade de tais explicações, no entanto, reside justamente na estrutura teórica geral em que procuram situar as observações e nos conseqüentes conceitos derivados de tais análises, além do curto horizonte temporal em que se baseiam. As explicações mais aceitas e divulgadas, seja na academia ou na mídia, são comumente limitadas em duplo sentido: no tempo e no espaço.

Em relação ao tempo, elas pretendem entender o processo econômico observando os aspectos conjunturais da economia, ou seja, os eventos imediatamente anteriores ao objeto de interesse. Sobre o processo de endividamento externo vivido na América Latina a partir dos anos 70, os estudos retornam e recorrem, quando muito, às transformações ocorridas na economia mundial depois de 1945, quando se deu o fim da Segunda Grande Guerra e o nascimento de instituições mundiais como a ONU, o FMI e o Banco Mundial.

No plano espacial, na maioria das análises, os conceitos de “economia nacional” e “setor externo” são fundamentais. Ainda que em geral exista uma preocupação de não colocar a economia nacional de forma isolada do que se denomina de “contexto internacional”, tal contexto é mostrado como sendo influências externas anormais com as quais determinada economia nacional tem que lidar. Entretanto, a simples observação da enorme semelhança entre os processos históricos dos países latino-americanos coloca em xeque a escolha da economia nacional como principal unidade de análise e explicação teórica³.

¹ Os estudos sobre a dependência surgem por volta da década de sessenta, como uma crítica ao desenvolvimentismo. Dentre os autores que utilizam o conceito de dependência, pode-se destacar Cardoso e Faletto (1970) e Marini (2000).

² Ver, por exemplo, Pereira (1989).

³ O período colonial e as independências formais são apenas dois exemplos destes processos.

Em contraposição à teoria tradicional e mais difundida, a presente investigação parte da noção de que qualquer análise sobre a atualidade que se pretende profunda deve expandir seu horizonte temporal, abarcando o capitalismo histórico em sua *longa duração*⁴. Em outras palavras, considera-se que “es imposible entender la América Latina de hoy sin considerar su estructura histórica de condición periférica y sometida a larga duración” (Rojas, 2002). Além disso, deve-se ter em conta o caráter do capitalismo histórico como *sistema social*, ou seja, o intento de estudar e compreender os movimentos históricos de um país ou de uma região deve ser precedido pela adoção teórica da proposição de que o que se desenvolve não são as economias nacionais nem os Estados-nação, mas sim a economia-mundo capitalista como sistema social histórico.

A partir destas considerações, este trabalho pretende observar a crise da dívida externa nos países latino-americanos que tem início na década de 1970, mais especificamente no Brasil, suas principais políticas macroeconômicas e sua relação com o movimento histórico do capitalismo como sistema social, utilizando como base teórica a obra “O Longo Século XX”, de Giovanni Arrighi.

1.2 FORMULAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

A década de 1970 é considerada como um período de grandes transformações políticas, econômicas e sociais. Em geral, apresenta-se esta data como o marco da retomada do liberalismo econômico e do fim do “Estado de Bem Estar Social”. No âmbito teórico, economistas como Hayek e Marshall foram resgatados; na política, os dois principais países capitalistas da época – Estados Unidos e Inglaterra – elegeram, ao final da década, Margaret Thatcher e Ronald Reagan respectivamente, consolidando o que ficou conhecido como “neoliberalismo”.

⁴ “A longa duração, ‘descoberta’ e estabelecida por Fernand Braudel, sempre foi concebida por seu autor como a possível contribuição específica da história ao diálogo aberto com as outras ciências sociais, e em consequência como a pedra fundamental da projetada construção de um *campo e uma língua comum* para todas essas ciências que versam sobre o social” (Rojas, 2001, p.27). “O entendimento útil deveria fazer-se (digo-o e repito-o insistindo) sobre a longa duração, essa estrada essencial da história, não a única mas que coloca por si só todos os grandes problemas das estruturas sociais, presentes e passadas. É a única linguagem que liga a história ao presente, convertendo-a em um todo indissolúvel” (Braudel, 1992, p.08).

Segundo François Chesnais, a partir de então, “o estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros..., cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira” (Chesnais, 1996, p.15). Perry Anderson é ainda mais incisivo: “a chegada da grande crise do modelo econômico do pós- guerra, em 1973, quando o mundo capitalista caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo” (1995, p.10).

No Brasil, as interpretações mais tradicionais descrevem o final daquela década como o último suspiro do “milagre econômico” e início da crise da dívida externa. Para os países da periferia, o endividamento externo para sustentar o crescimento econômico não é mais possível devido à grande recessão mundial e à conseqüente restrição de liquidez. Em outros países não é diferente. Apesar da percepção de que “el impacto estructural de la deuda es decisivo para entender la evolución de la región”, em geral os estudos da crise da dívida neste país retornam apenas “a comienzos de la década del setenta, [cuando] la situación cambió a un ritmo tan rápido que ni los propios observadores del fenómeno pudieran imaginar sus efectos y consecuencias” (Schvarzer, 2003, p.9-10).

Em suma, a maioria das análises busca compreender o movimento de liberalização financeira iniciado nos anos 70 observando apenas as circunstâncias correntes ou então encerram-se no interior de modelos teóricos atemporais que supostamente dariam conta de explicar as grandes transformações mundiais. Ademais, diversos intelectuais enxergam neste período a consolidação ou retomada do poder dos Estados Unidos sobre as demais nações do mundo. Chesnais (1996, p.19), por exemplo, acredita que “o fato de os Estados Unidos serem a fonte principal do parasitismo financeiro que está gangrenando o capitalismo mundial não os impede de imporem sua hegemonia por todos os meios e alcance”⁵.

Em contraste com tais abordagens, Giovanni Arrighi, em sua obra “O Longo Século XX”, observa a história do capitalismo mundial desde uma perspectiva mais ampla, de longa duração, e argumenta que, de fato, “algo de fundamental parece haver-se modificado, no último quarto de século, no modo como funciona o capitalismo”, porém, “essa situação não é tão sem precedentes quanto poderia parecer à primeira vista” (1996, p.01). Para ele, a expansão financeira da década de 1970 e 1980 não é um fenômeno particular do nosso século, mas sim uma

⁵ Ver também Tavares (1997).

característica recorrente do capitalismo histórico como sistema mundial e um forte sintoma do declínio dos EUA como país hegemônico.

Diante desta perspectiva e sem abordar o debate em torno da possível sucessão hegemônica, o presente trabalho pretende interpretar a crise da dívida externa na América Latina como um sintoma de uma fase particular de um ciclo. Para tanto, recorre-se à noção de Ciclos Sistêmicos de Acumulação proposto por Giovanni Arrighi em “O Longo Século XX”.

Arrighi, ao realizar uma “investigação das tendências atuais à luz de padrões de repetição e evolução que abarcam todo o curso do capitalismo histórico como sistema mundial, [percebe que] tendências que pareciam inéditas e imprevisíveis começam a afigurar-se familiares” (Arrighi, 1996, p. 04). Ele busca no processo de formação e expansão do capitalismo como sistema social histórico o entendimento da expansão financeira iniciada na década de 1970. Ao interpretar esta trajetória histórica, Arrighi cria o conceito de *Ciclos Sistêmicos de Acumulação* (CSA), com o objetivo de “descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes [de acumulação] pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico do fim da Idade Média até sua dimensão global da atualidade” (idem, 10). Tais regimes de acumulação seriam um conjunto de estratégias e estruturas específicas através das quais os agentes hegemônicos controlam a expansão da economia-mundo capitalista.

Os CSA são caracterizados pela ascensão, desenvolvimento e fim de determinados regimes de acumulação. Arrighi identifica ao longo da história do capitalismo quatro CSA,

“Cada qual caracterizado por uma unidade fundamental do agente e estrutura primários dos processos de acumulação de capital em escala mundial: um ciclo genovês, do século XV o início do século XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI até decorrida a maior parte do XVIII; um ciclo britânico, da segunda metade do século XIX até o início do século XX; e um ciclo norte americano, iniciado no fim do século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira” (idem, p.06).

Cada CSA possui duas fases ou épocas: um período de *expansão material* e outro de *expansão financeira*. Os períodos de expansão material se “constituem em fases de mudanças contínuas, durante as quais a economia capitalista mundial cresce por uma única via de desenvolvimento” (idem, p.09), na qual uma determinada potência hegemônica lidera e controla este processo de expansão. Tais fases recebem este nome, pois a acumulação e reprodução do

capital em sua maior escala dá-se primordialmente na esfera produtiva, na produção e comercialização de mercadorias.

Os períodos de expansão financeira, por sua vez, “consistem em fases de mudanças descontínuas, durante as quais o crescimento pela via estabelecida já atingiu seus limites e a economia capitalista mundial ‘se desloca’, através de reestruturações e reorganizações radicais, para outra via” (idem, p.09). As fases de expansão financeira, portanto, correspondem a períodos de mudança sistêmica, nos quais ocorrem transições hegemônicas e um determinado regime de acumulação chega ao seu fim. Nas fases de expansão financeira o máximo lucro já não é obtido através da acumulação produtiva, mas sim no âmbito financeiro, ou seja, no comércio de moedas, títulos, etc.

A crescente liquidez gerada pela não aplicação dos grandes capitais na esfera da produção é em grande medida absorvida pelos Estados, que buscam manter os recursos necessários para o processo de “acumulação de poder”. O endividamento estatal, portanto, aparece como a saída tanto para os grandes capitalistas e agentes financeiros quanto para os Estados. Com efeito, a dívida pública surge como um ponto central nos períodos de expansão financeira. Associado ao processo de endividamento acentua-se a subordinação dos Estados nacionais, em particular dos países periféricos, aos principais agentes ligados às altas finanças, ao grande capital internacional. No que diz respeito à presente pesquisa, o foco de estudo é a expansão financeira do ciclo sistêmico norte-americano e suas conseqüências na América Latina, mais especificamente no Brasil.

A crise da dívida externa vivida pelos países latino-americanos a partir da década de 1970 e as conseqüentes políticas macroeconômicas direcionadas ao seu pagamento podem ser compreendidas dentro de tal movimento histórico, ou seja, como um processo intrínseco à etapa de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano; esta é a hipótese principal do presente trabalho⁶. Neste caminho, é necessário articular os movimentos mundiais com as conjunturas e políticas locais específicas, o que será realizado para o caso do Brasil⁷ –

⁶ Um trabalho nesta mesma direção é realizado por Filomeno (2004), economista formado pela UFSC e atualmente mestrando na área de Transformações do Capitalismo Contemporâneo do Programa de Pós-graduação em Economia desta Universidade.

⁷ A análise comparada, observando os mesmos movimentos históricos-temporais em diferentes espaços, consiste num caminho também eficaz e imprescindível para a compreensão do fenômeno aqui em foco. Este tipo de análise fica, no entanto, como uma proposta de futuros estudos na mesma direção. O presente trabalho, ao invés de caminhar no espaço, tentará regredir no tempo para evidenciar a hipótese em questão.

como exemplo de um processo que envolveu toda América Latina –, concentrando-se na análise das principais políticas macroeconômicas do período que se inicia na década de 70 e vai até o início dos anos 90. Além disto, realiza-se um breve retorno ao final do século XIX e início do século XX, período abarcado pela fase de expansão financeira do CSA britânico, procurando identificar as semelhanças do impacto deste ciclo sobre a dívida externa brasileira e sobre as políticas internas.

Para atingir o objetivo aqui proposto, o primeiro passo é adotar a concepção de capitalismo como um *sistema social histórico*, ou seja, não apenas ter claro que existe um sistema econômico internacional, mas sim que a unidade de análise fundamental deve ser a economia-mundo capitalista. Tal postura não impede o reconhecimento da posição de cada país ou região dentro da economia-mundo. Esta monografia também se propõe a considerar qual a posição da América Latina na estrutura hierárquica daquele sistema. Por fim, o trabalho aqui desenvolvido apresentará algumas questões estruturais da formação histórica latino-americana que, a princípio, têm uma relação vital com a dívida externa e a “saída” exportadora.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1. GERAL

- Interpretar a crise da dívida externa da América Latina dos anos 70/80 como sintoma da fase de expansão financeira do Ciclo Sistêmico de Acumulação norte-americano, concentrando-se no caso do Brasil.

1.3.2. ESPECÍFICOS

- Apresentar como unidade de análise adequada a economia-mundo capitalista como sistema social histórico.
- Identificar a posição da América Latina na estratificação hierárquica da economia-mundo capitalista, bem como os condicionantes de longa-duração de sua posição.
- Propor uma crítica às interpretações tradicionais acerca da crise da dívida externa latino americana.

1.4 JUSTIFICATIVA

A justificativa para a realização deste trabalho segue os passos de Carlos Antonio Aguirre Rojas, professor e investigador do Instituto de Investigações Sociais da Universidade Autônoma do México, em seu ensaio “América Latina hoy: una visión de larga duración” (2002).

A América Latina retorna aos poucos ao centro de inúmeros debates e estudos. Cada vez mais se escreve acerca da atual situação, dos problemas estruturais e das possibilidades futuras desta região. Fenômenos sociais de grande amplitude começam a aparecer e se fazer sentir: a rebelião neozapatista no México; o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Brasil; os “piqueteiros” na Argentina; e, na atual República Bolivariana da Venezuela, a tentativa frustrada de golpe em 2002 e a vitória do líder político Hugo Chávez no plebiscito revogatório de 15 de Agosto de 2004.

Neste contexto, a América Latina vai ganhando cada vez mais destaque nos espaços econômicos, geopolíticos e culturais em todo mundo (Rojas, 2002). Entretanto, a maioria das interpretações econômicas acerca da realidade latino-americana caracteriza-se por sua estreita visão temporal, quase sempre limitada à observação dos acontecimentos recentes ou de poucos anos atrás. Ademais, procura-se explicar os fenômenos econômicos a partir de um foco de análise restrito aos aspectos locais, nacionais ou mesmo regionais, mirando apenas a própria América Latina, sem considerar “la *inserción orgánica* de América latina en el mundo, lo mismo que la sobredeterminación de este mismo sobre sus destinos más esenciales” (idem, grifo nosso). Cabe ressaltar, também, que não raro tais visões atuam como um arcabouço ideológico que justificam e aceitam as ações oficiais dos Estado, “repitiendo sin reflexión sus mismos tópicos y mitologías autopropagandísticas” (idem)⁸.

Desta forma, acredita-se necessário “intentar pensar a la América Latina de hoy desde una triple perspectiva analítica, que sea de larga duración, globalizante y explícitamente crítica” (idem). Em primeiro lugar, a realidade latino-americana atual será compreendida com muito mais fundamentação teórica e possibilidades práticas caso o horizonte temporal analítico contenha a noção de longa duração histórica e as diversas temporalidades dos acontecimentos⁹.

⁸ “O economista tomou o hábito de correr a serviço do atual, a serviço do governo” (Braudel, 1992, p.55).

⁹ “...não há tempo social com uma única e simples corrente, mas um tempo social com mil velocidades, com mil lentidões que quase nada têm a ver com o tempo jornalístico da crônica e da história tradicional” (idem, p.25).

Da mesma maneira em que a América Latina deve ser analisada desde uma visão de longa duração histórica, também se deve ter conta que só é possível compreender suas transformações históricas e econômicas tendo em vista a dialética entre a história universal e a evolução latino-americana. Em outras palavras, é fundamental considerar como unidade principal de análise o *capitalismo como um sistema mundial*. No tocante ao estudo da América Latina, esta noção possui enorme relevância, já que a própria origem do que hoje é considerada a América Latina se deu “en función de las necesidades, demandas e imposiciones del exterior, de la propia economía mundial” (idem). Para consolidar tal noção, pode-se dizer também que “as relações econômicas entre o novo e o velho mundo...[foram] tecidas desde 1492 como parte do processo de conformação da economia-mundo capitalista européia, que deve ser percebida como um todo estruturado do qual o novo mundo era parte constitutiva e inseparável” (Vieira, 2004a, p.15).

Em conjunto com esta visão de longa duração e sistêmica, deve-se também analisar a América Latina de hoje a partir de um enfoque crítico, ou seja, mirando além dos discursos oficiais, das teorias superficiais e do “pensamento único” que domina grande parte dos ensinamentos acadêmicos em todo continente.

A partir destes três vetores que guiam a atividade anterior à pesquisa – longa duração, concepção sistêmica e olhar crítico – é possível reconhecer na obra “O Longo Século XX”, de Giovanni Arrighi, um excelente arcabouço teórico para interpretar as transformações ocorridas na América Latina desde o último quarto do século passado, pois nesta obra o autor supera as abordagens convencionais e busca compreender a crise econômica mundial da década de 1970 estendendo o horizonte de análise ao capitalismo histórico desde seus primórdios; ele reconhece “que a *longue durée* do capitalismo histórico era o arcabouço temporal adequado para o tipo de construção que pretendia” (Arrighi, 1996, p.XIII). Além disto, compara as “estruturas e processos do sistema capitalista mundial como um todo” (idem, p. XI). Por fim, em relação à postura crítica, vale dizer apenas que a teoria que propõe Arrighi é inteiramente díspar do que se estuda convencionalmente em economia e consiste numa fundamental contribuição à teoria econômica. Dentro deste quadro analítico, cabe aos latino-americanos realizarmos o esforço necessário para delinear novas interpretações acerca da América Latina.

1.5 METODOLOGIA

Não é difícil perceber o curto horizonte temporal e espacial da maioria das explicações acerca da crise da dívida externa que abateu os países da América Latina no final dos anos 1970.

Ao tratar do Brasil, André Lara Resende, escrevendo em 1982, argumenta que “na origem da atual crise está o aumento do preço do petróleo, primeiro em fins de 1973 e depois em 1979” (Resende, 1982, p.41). Um trabalho realizado em 1997 pela então chefe-adjunta do Departamento da Dívida Externa do Banco Central, Ceres Aires Cerqueira, visualiza apenas um passo a mais em relação à afirmação anterior e acrescenta na “origem da dívida” a política interna do governo brasileiro, que “rejeitou a alternativa de uma política recessiva” e mobilizou volumosos recursos “para custear investimentos arrojados” (1997, p.15), além de mencionar a grande oferta de capital para empréstimos no mercado financeiro. Segundo a autora, “à falta de poupança interna nos níveis reputados necessários, optou então o governo pela captação de poupança externa, sobretudo face da grande disponibilidade de recursos no mercado financeiro internacional... É evidente que esta linha estratégica fez elevar, de forma acentuada, a dívida externa” (idem, p.16).

Há trabalhos que se centram na política econômica do país – no caso o Brasil – quase que exclusivamente e enxergam a origem do endividamento externo como produto do modelo de crescimento e como escolha política deliberada. Nesta direção, Carneiro coloca que, “em grande medida, [o] vertiginoso crescimento da dívida externa foi o resultado da política de longo prazo adotada” (Carneiro, 1992, p.310).

As conclusões supracitadas não são capazes de transpor a necessária porém insuficiente descrição do fenômeno da dívida externa de maneira que se alcance uma explicação teórico-histórica consistente devido à restrição temporal das investigações que as sustentam. Além desta limitação em relação ao horizonte temporal, persiste ainda, nos textos mais divulgados, a escuridão em relação ao olhar sistêmico imprescindível para analisar a sociedade. Por exemplo, ao tratar do período de 1974 a 1980, Carneiro (1992), primeiramente descreve as mudanças da “economia mundial” para então colocar que a “economia brasileira” não percebeu tais mudanças como uma descontinuidade e, sendo assim, atuou num caminho contrário a elas. O caminho seguido pelo Brasil neste período (como em todo período desde a integração deste

território à divisão do trabalho da economia-mundo capitalista) foi trilhado numa inseparável relação com a evolução do capitalismo como sistema social histórico. A idéia exposta por Carneiro é fruto de uma unidade analítica baseada na economia nacional.

É possível e imprescindível, é claro, debruçar-se nas conjunturas internas de um determinado país e procurar nestas conjunturas alguns determinantes dos rumos do passado, do presente e do futuro. No entanto, esta leitura deve levar consigo, *ex ante*, a noção de que não são os países em si a unidade de análise capaz de abarcar de forma consistente as transformações históricas que são objetos de estudo das ciências sociais.

Apesar de limitados no aspecto temporal, outros estudos avançam um pouco na percepção sistêmica e focalizam a expansão do mercado de eurodólares a partir dos anos 70, “el cual generó un inmenso fondo de liquidez internacional bajo el control de bancos internacionales, ya para el cual había que encontrar nuevos prestatarios” (Bulmer-Thomas, 2003, p. 417). Neste contexto, “los grandes bancos transnacionales comenzaron a ofrecer créditos abundantes a toda América Latina con pocas – o ninguna – exigencias formales” (Schvarzer, 2002, p. 10).

Nesta mesma direção, a análise mais detalhada da questão da dívida externa brasileira realizada por Davidoff Cruz permite reconhecer que

“o intenso processo de endividamento externo experimentado pela economia brasileira a partir dos anos setenta reflete, antes de tudo, as transformações ocorridas a nível internacional com o nascimento e rápido crescimento do euromercado de moedas. Neste sentido, está longe de constituir-se fenômeno isolado ou exclusivo... A despeito de coincidir temporalmente como ciclo expansivo interno, caracterizado por elevadíssimas taxas de crescimento do produto, a dívida contraída no período nem de longe pode ser vista como contribuição de ‘poupanças externas’ a esse crescimento (1983, p. 95).

Esta percepção é um grande salto rumo à visualização sistêmica, pois, apesar de tratar da conjuntura interna, consegue notar nas transformações mundiais da época os fatores determinantes que impulsionaram o endividamento.

Ao investigar estas transformações, François Chesnais avança a passos largos neste aspecto e procura captar uma *totalidade sistêmica*, “não apenas no tocante ao conceito de capital, que deve ser pensado como unidade diferenciada e hierarquizada,... [como também] aplica-se à economia mundial, entendida como relações políticas de rivalidade, de dominação e de

dependência entre Estados” (idem, p.18). Desta forma, Chesnais considera as relações políticas entre os Estados e a hierarquia subjacente ao sistema capitalista. Segundo ele, a expansão do mercado de euromoeda da década de setenta é uma característica de um processo em escala mundial em que

“a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social da riqueza. Um dos fenômenos mas marcantes [desde então]... tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e seu crescimento, em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento, ou do PIB (inclusive nos países da OCDE), ou do comércio exterior. Essa ‘dinâmica’ específica das finanças alimenta-se de dois tipos diferentes de mecanismos. Os primeiros referem-se à ‘inflação do valor dos ativos’, ou seja, à formação de ‘capital fictício’. Os outros baseiam-se em transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o *mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este*” (1996, p.15, grifo nosso).

Outras análises também abarcam o caráter sistêmico das transformações ocorridas desde o fim da década de sessenta do século XX e, com isso, conseguem compreender que

“as sucessivas altas do petróleo, a explosão das taxas de juros, a própria multiplicação da dívida latino-americana são capítulos de um drama maior: a grande crise da economia americana, centro dinâmico do capitalismo mundial, a partir de 1968. Não é mera coincidência a escalada do endividamento latino-americano ter começado exatamente em 1968, quando a dívida, de US\$11,7 bilhões, começa a se multiplicar exponencialmente para chegar a cinco vezes mais, ou US\$59,1 bilhões, quando veio a alta do petróleo em 1974” (Kucinski e Brandford, 1987, p. 64).

As últimas duas citações, quando lidas em seqüência e separadas do conjunto da obra de origem, estão em perfeita consonância com as características da fase de expansão financeira do conceito de Ciclos Sistêmicos de Acumulação, proposto por Giovanni Arrighi em sua obra “O Longo Século XX”. No entanto, apesar de transpor a limitação espacial, levando em consideração o caráter sistêmico que a análise deve conter, a restrição temporal permanece presente nestas obras¹⁰.

¹⁰ O debate entre a conclusão de Chesnais, para quem as mudanças do último quarto do século XX levaram a uma nova fase do capitalismo mundial, e a de Arrighi é um campo fértil e merece acentuada atenção. Infelizmente, entretanto, não será possível realiza-lo no presente trabalho.

Arrighi, ao transpor a *miopia analítica*¹¹ que caracteriza a maioria das observações e investigar as transformações atuais à luz do capitalismo histórico em sua longa-duração, sustenta que

“a expansão financeira das décadas de 1970 e 1980 realmente parece ser a tendência predominante dos processos de acumulação de capital em escala mundial. Mas não parece ser uma tendência nada ‘revolucionária’. Expansões financeiras desse tipo repetiram-se desde o século XIV, como reação característica do capital à intensificação das pressões competitivas que decorreram, invariavelmente, de todas as grandes expansões do comércio e produção mundiais” (Arrighi, 1996, p.309).

A consistência desta conclusão tem como base fundamental a autoridade da observação histórica, de forma comparada, aliada à sustentação teórica que guia a própria observação. O método utilizado por Arrighi em sua construção teórica é o da “comparação incorporada”, desenvolvido por Philip McMichael (1990), na qual a comparação é a própria essência da investigação. Não há, neste caso, um todo pré concebido; segundo este método, o todo é descoberto através da análise das condicionalidades mútuas entre as partes (McMichael, 1990, p.391). A comparação torna-se, neste sentido, a substância da investigação.

McMichael faz uma crítica a algumas tentativas de análise comparadas, entre elas a subjacente ao método proposto por Chales Tilly, denominado de “encompassing comparison”, que seria a comparação de determinados locais dentro de uma estrutura ou processo e, com isso, explicar as semelhanças e diferenças destes locais como consequência de suas relações entre as partes. Neste caso, deve-se empregar uma perspectiva global na qual a comparação se dá entre os componentes de uma unidade de análise maior. Esta unidade seria, por exemplo, o moderno sistema mundo, proposto por Immanuel Wallerstein. Presume-se, assim, uma unidade de análise sistêmica. Desta forma, Wallerstein delimita uma arena específica da ação social. Para McMichael, contudo, o limite da análise sistêmica de Wallerstein reside no fato que ela presume um todo, um sistema histórico, o que difere no ponto central do método da comparação incorporada, no qual o todo surge da própria análise comparada.

¹¹ O termo “miopia analítica” aqui proposto indica a curta visão temporal e espacial comum na maioria das análises sociais, sobretudo nos estudos do âmbito econômico.

No que diz respeito ao presente trabalho, o método empregado situa-se entre ambas contribuições, tendendo mais à defesa da utilização de uma unidade de análise pré-estabelecida, que seria o capitalismo histórico como sistema social mundial. Dito de outra forma, a base fundamental de toda argumentação deste estudo reside na obra de Arrighi, cujo método empregado é o da comparação incorporada, para o qual não há uma unidade de análise a priori; não obstante, na medida em que, por um lado, o modelo teórico resultante do trabalho de Arrighi também entende o capitalismo histórico como sistema mundial e, por outro lado, faltam ao autor os elementos teóricos necessários à aplicação do método da comparação incorporada em sua forma efetiva – de modo que não se realize uma “mutilação metodológica” – a metodologia utilizada neste estudo segue mais de perto a proposta de Tilly, na qual se aplica um modelo teórico pré-estabelecido para explicar um momento histórico específico. A comparação se realiza com base no mesmo modelo e não espacialmente, mas sim temporalmente. A escolha deste modelo teórico deve-se, sobretudo, à consistência que a investigação histórica sob a perspectiva da longa-duração lhe confere.

CAPÍTULO II

2. POR UMA ANÁLISE SISTÊMICA

A finalidade deste capítulo é, num primeiro momento, definir como unidade de análise adequada a economia-mundo capitalista, ou *o capitalismo como sistema social histórico*. Neste sentido, faz-se uma crítica às análises baseadas nos Estados-nação ou nas economias nacionais. Além disto, objetiva-se apresentar a posição desta região dentro da estratificação hierárquica característica deste sistema.

2.1. DA ECONOMIA NACIONAL AO SISTEMA-MUNDO

O esforço teórico que serviu de base para que a economia surgisse como ciência foi escrito dentro das fronteiras da análise da economia nacional (Santos, 2000a). Entre os inúmeros aspectos históricos que “justificam” a predominância do Estado-nação ou da economia nacional no lócus de observação das ciências sociais em geral, e de forma específica da ciência econômica, é possível destacar o fato de que “as atividades produtivas, comerciais e financeiras – que comumente chamamos de economia –...[são] objeto da ação do Estado” (Vieira, 2004b, p.04). Em outras palavras, “de maneiras diferentes, o Estado tem sido crucial como mecanismo para otimizar a acumulação” (Wallerstein, 2001, 49).

Dentre estas maneiras, está o fato de que “as mudanças de fronteiras tiveram impactos diretos sobre a divisão social do trabalho na economia-mundo”, ou seja,

“um conjunto de produtores (especialmente os grandes e poderosos) é diretamente afetado pelas políticas de fronteira não só dos Estados em que sua base econômica está fisicamente situada (que pode ser ou não o Estado de que são cidadãos) mas também por

aquelas dos outros Estados, pois, como produtores, eles têm interesse de alcançar objetivos políticos em vários Estados, freqüentemente em muitos” (idem, p.44).

Um segundo elemento do papel estatal no capitalismo histórico “trata-se do direito legal, reservado aos Estados, de determinar as regras que governam as relações sociais de produção no interior de sua jurisdição territorial” (idem, p.44). Outro ponto é o fato de que o Estado, desde a origem do capitalismo-histórico, deteve o poder de cobrar impostos, cuja função redistributiva tem, por um lado, sido “mais amplamente usada de modo a tornar ainda mais desigual a distribuição” e, por outro, servido como forma de “socialização do risco e de individualização do lucro” (idem, p.47). Por fim, cabe aos Estados o monopólio das forças armadas, o que garante, em grande medida, a obediência da força de trabalho e a “possibilidade de interferir na proteção que os outros aparatos estatais oferecerem aos seus próprios produtores” (idem, p.48). Portanto, pode-se considerar que um dos aspectos que levaram à escolha do Estado como unidade de análise tenha sido esta relação “simbiótica” entre o nascimento e expansão do capitalismo e da estrutura de Estados.

Frente ao fundamental papel do Estado no processo de acumulação de capital, os primeiros filósofos e pensadores que se dedicaram “a refletir sobre as relações entre o Estado e as atividades econômico-financeiras... [deram origem à] Economia Política, ou seja, o estudo das questões econômicas a partir dos interesses do Estado. Não é por outra razão que Adam Smith intitulou sua obra de ‘A Riqueza das Nações’ e que o livro de David Ricardo chama-se ‘Princípios de Economia Política e Tributação’” (Vieira, 2004b, p.04). Tanto a teoria das vantagens absolutas, de Smith, quanto a teoria das vantagens comparativas, desenvolvida por Ricardo, são análises interessadas em descrever os efeitos das relações externas sobre a economia nacional (Santos, 2000).

Segundo Theotônio dos Santos:

“this view of international economics as an external factor only complementary to the logic of national economics became the drive for the whole theoretical effort of classical economics, from what Marx later called vulgar economics, through to the adoption of the consumer’s viewpoint, generating utility theory and the neoclassical school of thought” (2000a, p.457).

Para esta escola de pensamento econômico, “the theory of world economics continues to be a theory of external trade effects on national economics” (idem, p.458).

Karl Marx não seguiu as teorias de Smith e Ricardo, claramente baseadas no Estado-nação ou na economia nacional. Ao contrário, Marx elaborou a crítica à Economia Política representada principalmente por aqueles autores. Para dos Santos, Marx *aparentemente* não se dedicou ao estudo específico da economia mundial e do comércio mundial; porém, ao analisar “O Capital” mais detalhadamente, é possível encontrar uma leitura diferente. Para Teotônio dos Santos, Marx dá o primeiro passo para levar a análise social além das economias nacionais:

“By creating the category of commodity, Marx shows that it is produced in the context of trade, and is essentially a phenomenon of intertribal, inter-communities, international... [and] by taking the category of commodity as central element from which one could deduct the basic economics relations for the constitution of a capitalist production mode, Marx situated capitalism as result of a given historical process that, in no way, can be though only as national process, and that, above all, he did not think as an exclusive national process ” (Santos, p.462-463).

As análises que seguiram o caminho iniciado por Marx tenderam naturalmente a observar o capitalismo como um sistema mundial; os exemplos mais diretos poderiam ser os trabalhos de Hilferding, Rosa Luxemburg, Kautsky, Lênin, Bukarin e Trotsky (dos Santos, 2000). Este último, por exemplo, advertiu que a economia mundial deve ser apreendida “não como uma mera adição de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente criada pela divisão do trabalho e pelo mercado mundial que domina todos os mercados nacionais” (Trotski, 1985, apud Chesnais, 2003, p. 45).

Para Samir Amin,

“No hay duda que los conceptos fundamentales que hay producido el análisis marxista constituyen el utilaje necesario para una teoría de la acumulación en escala mundial. Pero esto es todo lo que puede decirse, porque esta teoría aún no fue construida” (1979, p.32).

Marx também dá os primeiros elementos para uma análise social “interdisciplinar”¹². Sua obra principal, *O Capital*, é sem dúvida uma obra de economia; no entanto, seu legado completo nunca poderá ser resumido à economia ou à outra ciência social, e mesmo sua obra “econômica” não pode ser completamente compreendida sem levar em conta toda sua visão social.

É preciso lembrar, contudo, que Marx não estava livre do paradigma científico que dominou o foco das ciências sociais desde seu “surgimento”, no século XVIII, até, pelo menos, o último quarto do século XX¹³ – baseado no empirismo de Francis Bacon, no racionalismo de Descartes e na visão de mundo da mecânica newtoniana¹⁴. Pelo contrário, da mesma forma que tal paradigma era pregado às ciências físicas, Marx acreditava que era possível encontrar leis de funcionamento do modo de produção capitalista, e é isso que ele se propõe a fazer:

“Em si e para si, não se trata do grau mais elevado ou mais baixo de desenvolvimento dos antagonismos sociais que decorrem das leis naturais de produção capitalista. Aqui se trata dessas leis mesmo, dessas tendências que atuam e se impõem com necessidade férrea” (Marx, 1983. p.12).

A crença de Marx neste paradigma, que nasceu nas ciências físicas, o levou a adotar o mesmo método proposto por Newton para a análise dos fenômenos físicos, ou seja, buscar na observação das menores partículas possíveis a explicação do fenômeno como um todo. Daí a escolha da mercadoria como primeira categoria de análise, pois ela representa a “forma celular da economia” (idem, p.12). Marx ainda faz um paralelo de sua obra com o procedimento dos físicos, dizendo que “o físico observa processos naturais seja onde eles aparecem mais nitidamente e menos turvados por influências perturbadoras, seja fazendo, se possível, experimentos sob condições que assegurem o transcurso puro do processo. O que eu, nesta obra [*O Capital*]

¹² “*O Capital* constitui, por excelência, uma obra de unificação interdisciplinar das ciências humanas, com vistas ao estudo multilateral de determinada formação social” (Gorender, 1983, p.XXIV).

¹³ “O triunfo da mecânica newtoniana nos séculos XVIII e XIX estabeleceu a física como protótipo de uma ciência ‘pesada’ pela qual todas as outras ciências eram medidas” (Capra, 2003, p.180).

¹⁴ De forma sucinta, para Bacon, o procedimento indutivo era capaz de, através da observação, captar a realidade, dominar um certo fenômeno de maneira que a realidade se revele ao observador. Descartes foi o principal defensor e propagador da certeza científica, da ciência como verdade; para ele, através da ciência era possível encontrar as leis que regem o mundo natural e seria possível deduzir racionalmente tais leis. Newton procurou combinar a indução e dedução de forma que os fenômenos físicos poderiam ser reduzidos a suas pequenas partes e, assim, encontrar-se-ia as leis de um fenômeno.

proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as relações correspondentes de produção e de circulação” (idem, p.12).

Além disto, também conforme o paradigma científico newtoniano-cartesiano, Marx acreditava na superioridade da ciência como reveladora da verdade pura; por isso a autodenominação de seu legado como socialismo científico em contraposição aos socialistas utópicos. No entanto, é preciso ter em mente que afirmação de tal concepção de ciência e a expansão do capitalismo como sistema social histórico se deram na mesma época, que “ambos mantêm uma aliança estreita” (Wallerstein, 2001, p.38) e “que la ciencia económica haya nacido con el desarrollo del capitalismo” (Amin, 1979, p.34). Engels reconhecia esta relação entre a ciência e o capitalismo¹⁵, mas ainda assim acreditava que através da ciência seria possível encontrar as leis de funcionamento deste sistema e com isso supera-lo.

Apesar de, como dissemos anteriormente, ser possível observar na obra de Marx uma “interdisciplinaridade”, foi justamente o domínio do paradigma científico cartesiano-newtoniano, no qual Marx estava inserido, que levou à conhecida compartimentarização da ciência social em vários campos diferentes, como a própria economia, a sociologia, a ciência política, etc. Desta forma,

“a visão que se tornou dominante no último terço do século XIX e durante o século XX conformou-se, mais precisamente, dividindo e autonomizando as diferentes zonas do social, o que, embora tenha permitido um reconhecimento muito mais pontual e rigoroso de seus particulares espaços constitutivos, a levou, no entanto, a perder o horizonte global e o espírito totalizante que a caracterizam no passado” (Rojas, 2001, p.23).

Segundo Amin,

“el abandono de la visión total introducida por el marxismo, la ruptura del puente que este había establecido entre las diversas disciplinas de la ciencia social (Economía, Sociología, Ciencia Política) en su tentativa por explicar la historia, llevó a la economía neoclásica a

¹⁵ “Passo a passo, com a ascensão da burguesia produzia-se o grande ressurgimento da ciência. Voltava-se a cultivar a astronomia, a mecânica, a física, a anatomia, a fisiologia. A burguesia necessitava, para o desenvolvimento da sua produção industrial, de uma ciência que investigasse as propriedades dos corpos físicos e o funcionamento das forças naturais” (Engels, 1998, p.16).

ser ante todo un álgebra de deducciones lógicas de un cierto número de axiomas, basados en una psicología sumaria del ‘hombre eterno’” (Amin, 1979, p.14).

Fernand Braudel, em 1958, anunciava que “há uma crise geral das ciências do homem: estão todas esmagadas sob seus próprios progressos, ainda que seja apenas devido à acumulação dos novos conhecimentos e da necessidade de um trabalho coletivo, cuja organização inteligente falta erigir” (1992, p.41). Em 1960, escreve Braudel: “...à primeira vista, as ciências humanas nos impressionam não pela unidade, difícil de formular e promover, mas pela diversidade entranhada, antiga, afirmada, para dizer tudo, *estrutural*... Por infelicidade, os fragmentos de paisagem que cada uma recorta não são peças de armar, não se chamam um ao outro, como os cubos de um quebra-cabeças infantil que reclamam uma imagem de conjunto e não valem, senão em função dessa imagem preestabelecida” (idem, p.79-80, grifo no original).

Em relação ao campo de conhecimento que ficou conhecido como ciência econômica, esta segmentação é ainda mais profunda, pois “desde 1870, el marginalismo triunfante se propone como objetivo la elaboración de una ciencia económica ‘pura’, o más exactamente independiente de todas las otras disciplinas de las ciencias sociales. ...De ese modo, se inhibe de plantear desde un principio el problema de la *dinámica de los sistemas*...” (Amin, 1979, p. 14-15, grifo no original).

Neste contexto, Braudel se pergunta: “Ora, quem caminharia sozinho, nessa noite, quem, hoje, seria capaz, por seus próprios meios, de retomar, para ultrapassá-los, os conhecimentos adquiridos, elevá-los com força, animá-los com uma mesma vida, impor-lhes uma só linguagem, e uma linguagem científica?” (Braudel, 1992, p. 81). Immanuel Wallerstein foi o principal cientista social que resolveu levar adiante tal desafio.

A análise proposta por Wallerstein, “ainda que reflita um ponto de vista histórico que tem longa data e se fundamente em trabalhos muito anteriores”, nasceu por volta da década de 70 e “se apresentou como uma crítica de muitas das premissas da ciência social existente” (Wallerstein, 2002, p.231). Uma de tais premissas é justamente a divisão do mundo social, da ciência social, em várias áreas específicas, divisão esta para qual Braudel alertava a necessidade de superação.

A abordagem desenvolvida por Wallerstein critica a divisão tácita que se deu no principal conceito da ciência social, ou seja, a sociedade; ela foi dividida em três esferas diferentes: o Estado, o mercado e a sociedade civil. “A cada uma dessas entidades hipotéticas

correspondia uma ‘disciplina’. Economistas estudavam o mercado; cientistas políticos, o Estado; e sociólogos, a sociedade civil”. No entanto, estas áreas “estão tão completamente entrelaçadas que a ação em qualquer dessas arenas sempre é compreendida como uma opção em que o efeito total é a consideração determinante, e que tentar separar a descrição das cadeias sequenciais de ação obscurece, em vez de esclarecer, a análise do mundo real” (idem, p.160). Wallerstein propõe, então, uma visão *unidisciplinar*¹⁶, que poderia ser descrita como ciência social-histórica.

Não apenas Wallerstein possui uma crítica contundente à fragmentação das ciências sociais. Fritjof Capra também argumenta que “o erro básico das ciências sociais consiste em dividir essa textura em fragmentos supostamente independentes, dedicando-se a seu estudo em departamentos universitários separados” (2003, p.180). Capra defende uma transformação da “visão mecanicista da vida” – baseada no paradigma cartesiano-newtoniano de ciência – para uma “visão sistêmica da vida”, na qual “os sistemas são totalidades integradas, *cujas propriedades não podem ser reduzidas às de unidades menores*”. Destaca também que “o pensamento sistêmico é pensamento de processo; a forma torna-se associada ao processo, a inter-relação à interação, e os opostos são unificados através da oscilação” (idem, p.260, grifo nosso).

Sem nenhuma evidência de contato direto entre estes dois autores, Wallerstein levou tal concepção sistêmica à ciência social e criou uma gama de conceitos e métodos nos quais a “unidade de análise apropriada para a realidade social...[são os] ‘sistemas-históricos’:

“O que quero dizer como sistema histórico está implícito no próprio nome. O sistema é um sistema à medida que se constrói em torno de uma divisão existente do trabalho que lhe permite sustentar-se e reproduzir-se. As fronteiras do sistema são uma questão empírica, a ser resolvida através da definição das fronteiras da divisão do trabalho. Certamente, todo sistema histórico tem necessariamente vários tipos de instituições, as quais, com efeito, governam ou restringem a ação social de modo a realizar os princípios básicos do sistema social para um comportamento compatível com o sistema, mais uma vez ao grau possível. Nós podemos, se quisermos, designar várias dessas instituições como sendo econômicas, políticas e sócio-culturais, mas tais definições são na realidade imprecisas, considerando que todas as instituições agem de maneira a um só tempo política, econômica e sociocultural, e não podem ser efetivas se não o fizerem” (Wallerstein, 2002, p.161).

¹⁶ “A noção de unidisciplinaridade é diferente da de ‘multidisciplinaridade’. A multidisciplinaridade aceitava as fronteiras das ciências sociais, mas pedia que seus vários profissionais lessem e usassem as descobertas de outros, numa maneira aditiva” (Wallerstein, 2002, p.235).

Wallerstein segue explicando que necessariamente todo sistema é histórico¹⁷, ou seja, “nasceu num determinado momento do tempo *como resultados de processos* que podemos analisar; evoluiu no tempo *mediante processos* que podemos analisar; e acabou (ou acabará), por que chega um momento em que (como todos os sistemas) exauriu ou irá exaurir os modos com os quais pode conter suas contradições, cessando conseqüentemente de existir como sistema” (idem, p.161, grifo meu). Utilizando uma metáfora, Wallerstein busca evidenciar o caráter histórico dos sistemas da seguinte forma: “as estruturas são como recifes de coral de relações humanas que têm uma existência estável durante períodos de tempo relativamente longos. Mas mesmo as estruturas nascem, desenvolvem-se e morrem” (Wallerstein, 1990, p.15).

A noção sistêmica traz consigo a visão unidisciplinar, pois “quando se estuda um sistema social, as linhas clássicas de divisão no seio das ciências sociais são irrelevantes” (Wallerstein, 1990, p.22). Esta noção remete às redes econômicas, políticas e culturais que fornecem a coesão de um sistema histórico.

Para Wallerstein, “o que caracteriza um sistema social [...] é o facto de a vida no seu seio ser em grande medida auto-contida, e de a dinâmica do seu desenvolvimento ser em grande medida interna” (idem, p.337). Tal dinâmica é baseada numa divisão do trabalho¹⁸, que confere ao sistema social um caráter orgânico; a divisão do trabalho satisfaz, através de uma rede econômica de trocas, as necessidades do sistema. Deste modo, a unidade de análise a ser utilizada deve conter toda a divisão do trabalho¹⁹. Tendo em vista que no capitalismo histórico a divisão do trabalho se dá em escala mundial, a unidade de análise não deve se limitar aos Estados nacionais ou às economias nacionais²⁰.

A unidade de observação apropriada, segundo Wallerstein, é o *sistema-mundo*. Nas palavras dele, “os estados nacionais não são os marcos de referência primordiais dentro dos quais se leva a cabo o desenvolvimento histórico. De maneira mais útil eles poderiam ser considerados

¹⁷ Não é demasiado destacar que o “mérito de la idea según la cual el orden capitalista es solamente una fase histórica, que tiende a convertirse, por virtud de su propia lógica inherente, en alguna otra cosa... pertenece exclusivamente a Marx” (Schumpeter, 1971, p.469-470).

¹⁸ “...uma divisão social mundial do trabalho com processos produtivos integrados, todos operando em nome da acumulação incessante de capital...” (Wallerstein, 2001, p.29)

¹⁹ “By division of labor, Wallerstein and his collaborators mean the forces and relation of production of the world economy as a whole” (Goldfrank, 2000, p.168).

²⁰ “No mundo real do capitalismo histórico, quase todas as cadeias mercantis de alguma importância atravessaram as fronteiras dos Estados. Essa não é uma inovação recente. Aparece nos primórdios do capitalismo histórico. Além disso, a transnacionalidade das cadeias mercantis descreve tanto o mundo capitalista do século XVI quanto o do século XX” (Wallerstein, 2001, p.29).

como grupos de instituições sociais dentro da economia-mundo capitalista, sendo este o marco dentro do qual, e a partir do qual, podemos analisar as estruturas, as conjunturas e os acontecimentos” (Wallerstein, 1990, p.64).

Giovanni Arrighi, ao adotar a noção do capitalismo histórico como sistema social, coloca que, em seu modelo, “o que se ‘desenvolve’ não é uma determinada indústria ou economia nacional, mas a economia mundial capitalista como um todo, ao longo da sua existência” (1996, p.9).

Cabe reafirmar que a crítica às abordagens que utilizam o Estado-nação ou a economia nacional como unidade de análise em nada diminui o “valor” do Estado no capitalismo como sistema social histórico. Pelo contrário, “a possibilidade de acumular capital, que é a essência do capitalismo, depende dos Estados, e seria impossível se os Estados não existissem ou se enfraquecessem a ponto de serem apenas o Estado ‘guarda noturno’ hipotético”(Wallerstein, 2002, p. 10). Na verdade, a formação de um sistema capitalista mundial e a criação de um sistema de Estados são os dois grande processos interdependentes da era moderna (Tilly, 1984,p.147, apud Arrighi, 1996, p.IX).

O moderno sistema-mundo é uma economia-mundo capitalista, pois “nele, o capital passou a ser usado (investido) de maneira especial, tendo como objetivo, ou intenção primordial, a auto-expansão” (Wallerstein, 2001, p.13)²¹. “Para que o capitalismo funcione como sistema, há que existir instituições políticas” que o sustente (Wallerstein, 2002, p.10). “Dada a estrutura do capitalismo histórico, as alavancas mais efetivas de ajuste político têm sido as estruturas do Estado, cuja própria construção...foi uma das realizações do próprio capitalismo histórico” (Wallerstein, 2001, p.42). Portanto, as entidades políticas que compõe a economia-mundo capitalista são os Estados-nação, e formam o que Wallerstein denominou de sistema-interestatal:

“Os Estados se desenvolveram e foram formados como partes de um sistema interestatal, ao qual correspondia um conjunto de regras dentro das quais os Estados tinham de operar e um conjunto de legitimações sem as quais eles não poderiam sobreviver” (idem, p.50).

²¹ “Toda acumulação torna-se meio de nova acumulação” (Marx, 1983, p.196). “Acumula-se capital para que se possa acumular mais capital. Os capitalistas são como ratos brancos em uma roda de gaiola, correndo cada vez mais rápido para poder correr cada vez mais rápido” (Wallerstein, 2001, p.37).

Segundo Braudel, “o capitalismo implica, acima de tudo, uma hierarquia, fabricada ou não por ele próprio” (Braudel, 1998, p.53). Para Wallerstein, “a divisão de uma economia-mundo supõe uma hierarquia de tarefas” (Wallerstein, 1990, p.339). Tal divisão refere-se à distribuição das cadeias mercantis e

“falar em cadeias mercantis significa falar de uma divisão social estendida do trabalho, a qual, ao longo do desenvolvimento do capitalismo histórico, tornou-se cada vez mais funcional e mais ampliada geograficamente, e ao mesmo tempo cada vez mais hierárquica. Essa hierarquização do espaço na estrutura dos processos produtivos levou a uma crescente polarização entre as áreas centrais e periféricas da economia-mundo, não só em termos de critérios distributivos (níveis de renda real, qualidade de vida), mas também, de modo ainda mais importante, nos *loci* de acumulação de capital” (Wallerstein, 2001, p.28-29).

A estrutura centro-periferia é baseada na divisão mundial do trabalho. Os Estados do centro, em geral, controlam as etapas das cadeias mercantis que geram maior excedente em relação àquelas etapas controladas pelos países periféricos.

Além do centro e periferia, há nesta estrutura o que Wallerstein denominou de semi-periferia, que seriam aquelas regiões ou países que apresentam conjuntamente características da periferia e do centro e possuem uma junção das formas de atividades e instituições existentes em ambas (Martinez-Vela, 2001).

O que determina a condição de centro, periferia e semi-periferia, na esfera econômica, são as características das atividades produtivas dominantes em cada espaço. Sendo assim, as atividades do centro “são aquelas que controlam uma grande parte do excedente total produzido dentro da cadeia de mercadorias, enquanto que atividades periféricas são aquelas que controlam pouco ou nada desse excedente” (Arrighi, 1997, p.140). Os países semi-periféricos são aqueles que “incluem, dentro de suas fronteiras, uma combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico [ou centro] e periféricas” e conferem um caráter estabilizador e legitimador ao sistema mundial capitalista, “altamente desigual e polarizador” (idem p.140).

Entretanto, vale dizer que a condição de centro, periferia ou semi-periferia não é definida *somente* na esfera econômica, ou melhor, não é completamente baseada no poder econômico, ainda que esta esfera, em última instância, seja determinante. O que se pretende colocar aqui é que, apesar da distribuição do excedente gerado no processo de acumulação ser

determinado também pela relação de força entre os Estados²², “no médio prazo, o que mede realmente a força dos Estados é o resultado econômico” (idem, p.49). Ou seja,

“os Estados situam-se numa hierarquia de poder que não pode ser medida nem pelo tamanho e coerência das suas burocracias e exércitos nem por suas formulações ideológicas sobre si mesmos, mas sim por sua capacidade efetiva, ao longo do tempo, de promover a concentração do capital acumulado dentro das suas fronteiras, em comparação com a capacidade dos Estados rivais” (idem,p.49).

Diante desta perspectiva da economia mundial baseada numa estrutura hierárquica e tendo em vista que o presente estudo busca analisar o impacto de uma transformação sistêmica – a expansão financeira da década de 1970 – sobre uma determinada região – a América Latina, considerando mais especificamente o casos do Brasil –, é importante avaliar, mesmo que de forma pouco precisa, em que posição situa-se este território, este “imenso espaço” (Braudel, 1989, p.386) que é América Latina.

2.2. A AMÉRICA LATINA NO SISTEMA-MUNDO

A identificação de uma região ou de países e seus respectivos papéis na estrutura triádica centro, periferia e semi-periferia não é tarefa fácil. Um esforço nesta direção é realizado por Giovanni Arrighi e Jessica Drangel (Arrighi, 1997), que partem de uma crítica às interpretações da teoria da modernização e da teoria da dependência acerca da zona intermediária daquela estrutura, ou seja, a semi-periferia.

Segundo os autores, ambas teorias consideram esta posição intermediária como transitórias. Por um lado, a teoria da modernização percebe tal posição como uma fase no caminho ao desenvolvimento; por outro lado, a teoria da dependência defende que a força polarizadora da economia mundial tenderá a “empurrar os Estados que ocupam posições

²² “...habilidade de constringer forças militares hostis; a habilidade de decretar medidas vantajosas em casa e de impedir outros Estados de fazerem o mesmo; e a habilidade de constringer suas próprias forças de trabalho e de minar a capacidade dos rivais de fazerem o mesmo”.(Wallerstein, 2001, p.49).

intermediárias em direção ao centro ou em direção à periferia” (1997, p.138). Em contraposição, Arrighi argumenta que “os Estados intermediários constituem uma posição estrutural distinta da economia mundial” (idem, p.141).

Para defender sua hipótese, Arrighi e Drangel procuram investigar as três posições hierárquicas da economia mundial através de uma análise empírica que abarca os últimos 45 anos da história da economia mundial (1938-1983). Neste trajeto, eles retomam e revisam o conceito de semi-periferia proposto por Wallerstein e demonstram que, apesar de necessário, tal conceito é pouco preciso e de difícil manejo prático, pois permite certas ambigüidades na sua utilização. Por um lado, é possível definir a semi-periferia economicamente, ou seja, tais zonas seriam aquelas em que o excedente gerado pelas atividades predominantes flutuam em torno de zero; por outro lado, o termo semi-periferia pode ser utilizado na identificação do papel de cada Estado no sistema-interestatal, ou seja, mirando o plano político.

Conforme colocado ao final da seção anterior, Wallerstein concede à esfera econômica o poder de definição da posição dos países na hierarquia mundial. Sem considerar a colocação de Wallerstein citada acima, Arrighi e Drangel fazem o mesmo e utilizam o termo semi-periferia exclusivamente para se referir “a uma posição em relação à divisão mundial do trabalho e nunca para [se referir]... a uma posição no sistema inter-Estados” (idem, p.144).

De acordo com a definição “econômica” da semi-periferia, ao adotar o critério econômico para a investigação empírica, o estudo em questão deveria, a princípio, estabelecer quais atividades são fundamentalmente “centrais” e quais são “periféricas” e, então, analisar em cada país que tipo de atividade é predominante. No entanto, “nenhuma atividade específica (definida em termos de sua produção ou da técnica usada) é inerentemente típica do núcleo orgânico ou típica da periferia” (idem, p. 147), ou seja,

“uma atividade específica ser de um tipo ou de outro depende de suas relações sempre mutáveis de cooperação e de competição com todas as outras atividades da economia mundial. A fim de classificar atividades como sendo típicas de núcleo orgânico ou típicas da periferia, [seria necessário]... um mapa completo de todas as cadeias de mercadorias da economia mundial, assim como de uma avaliação da pressão competitiva relativa de cada um de seus nós. Essa é, em si mesma, uma tarefa impossível...” (idem, p. 162).

Diante desta dificuldade, os autores recorrem aos pressupostos da própria conceituação, nos quais

“as atividades de núcleo orgânico comandam recompensas agregadas que incorporam a maioria dos, se não todos os, benefícios globais da divisão mundial do trabalho, enquanto que as atividades de periferia comandam recompensas agregada que incorporam poucos, se é que incorporam algum, daqueles benefícios” (idem, p. 162).

Sendo assim, estas diferenças entre os benefícios totais da divisão do trabalho seriam refletidas pelas diferenças do PNB per capita de cada Estado analisado. Portanto, Arrighi considera as diferenças relativas (log) entre o PNB dos Estado sob observação como forma de delinear seu caráter central, periférico ou sem-periférico.

Utilizando o esquema interpretativo proposto por Arrighi e Drangel, é possível abordar agora o ponto central desta seção, a saber, como se caracterizam os países latino-americanos dentro da hierarquia do sistema capitalista mundial, sem entrar, contudo, na discussão acerca de uma camada intermediária de caráter estrutural; basta dizer que a conclusão do seu estudo é que há uma “persistência de um grupo intermediário de Estados que, enquanto grupo, não está nem alcançando o pequeno grupo de Estados que estabelecem o padrão de riqueza na economia mundial, nem se juntando ao grande grupo de Estados que estabelecem o padrão de pobreza” (idem, p.190).

Segundo a divisão proposta pela observação de Arrighi e Drangel, os países da América Latina situam-se alguns na zona periférica e outros na zona semi-periférica. A posição de cada país varia também de acordo com os períodos em comparação. Uma primeira matriz é montada ao comparar a posição dos Estados em 1975-83 com a posição em 1938-50; as outras duas matrizes buscam comparar períodos mais curtos, sendo que a primeira compara a posição dos Estados em 1960-70 com a posição em 1938-50 e a segunda faz a mesma comparação para o período de 1975-83 em relação ao de 1960-70. Na medida em que a própria investigação demonstra que a comparação do período 1938-83 revela uma estabilidade maior do que as dos outros períodos, esta última comparação será utilizada aqui para definir em que posição se encontram os países da América Latina segundo a divisão de Arrighi e Drangel. Vele lembrar que nem todos os países desta região que foram analisados devido à falta de dados.

Nesta comparação, todos países latino-americanos analisados situam-se ou na zona semi-periférica ou na periférica. Os países da América Latina que estão nesta última zona são El Salvador, Honduras e Bolívia. Dentro os que se situam na zona semi-periférica, os latino-americanos são Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa-Rica, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Uruguai e Venezuela.

De acordo com a análise em foco, um Estado é definido como um membro orgânico de uma determinada zona caso ele se posicionar nesta mesma zona por todo o período de 45 anos que análise busca cobrir. Neste caso, os países da América Latina que aparecem como membros orgânicos da zona semi-periférica são Argentina, Chile, Costa Rica, Jamaica, México, Panamá, Uruguai e Venezuela, enquanto os países latino-americanos membros orgânicos da zona periférica são Bolívia, El Salvador, Haiti e Honduras.

Percebe-se através desta breve exposição do estudo proposto por Arrighi e Dranger que a América Latina caracteriza-se por ser uma zona essencialmente fora do que se denomina centro ou, segundo a denominação dos autores do estudo em questão, núcleo orgânico. O fato de alguns países latino-americanos situarem-se na camada intermediária da hierarquia da riqueza mundial não pode ser de forma alguma visto como um passo em direção ao centro. Ao contrário, o próprio estudo evidencia que “o núcleo orgânico, a periferia e a semi-periferia, enquanto posições estruturais, estão tão separadas hoje quanto sempre estiveram” (idem, p. 229). Além disso, estes países intermediários estão “encalhados” neste espaço e têm “que correr rápido para permanecer onde estão” (idem, p. 191).

Ainda que a investigação acima descrita procure captar um espaço de tempo considerável, comparado com a maioria dos estudos – geralmente limitados tanto no tempo quanto no espaço –, os autores têm a consciência de que o tempo observado permanece curto, já que não abarca o capitalismo histórico em sua longa-duração.

Além desta limitação temporal, os próprios autores advertem que “o uso do PNB per capita para identificar a posição dos Estados na estrutura núcleo orgânico-periferia da economia mundial tem sido largamente questionado” (idem, p.221). Infelizmente, a falta de acesso às críticas ao método utilizado impede que se realize aqui uma revisão de tais críticas e se posicione de forma objetiva e fundamentada, seja corroborando tal método, seja o questionando. É possível apenas colocar a defesa de Arrighi ao procedimento adotado, que se baseia nos fatos de, em primeiro lugar, os PNBs per capita de cada país serem utilizados somente “em relação a todos os

PNBs per capita dos outros Estados no sistema, sendo que cada PNB recebe um peso correspondente à sua parcela de população mundial”. Em segundo lugar, Arrighi argumenta que “o comando econômico relativo nesse sentido é usado para avaliar a posição do Estado na estrutura núcleo orgânico-periferia da economia apenas por meio de múltiplas observações que cobrem um período tão longo quanto permite a disponibilidade de dados” (idem, p.221) e, ao considerar várias medidas de momentos específicos ao longo do tempo, o PNB per capita mede a riqueza e não a renda.

Ao escapar de um método específico de observação e deixar mais “livre” a definição do papel da América Latina no sistema-mundo capitalista, é possível retornar no tempo até a incorporação desta região à economia-mundo capitalista para, com isso, levantar alguns aspectos relevantes àquela própria definição. Não se pretende, entretanto, questionar a definição apresentada até aqui ou situar melhor e mais precisamente a posição latino-americana neste sistema, mas sim apontar alguns fatores históricos que possibilitam compreender porque tal região possui o caráter periférico/semi-periférico que foi colocado anteriormente.

Desde a conquista em 1492, a América Latina esteve de forma intrínseca integrada na divisão social estendida do trabalho da economia-mundo capitalista. Na verdade, o surgimento da economia-mundo capitalista e a criação das Américas como “entidade geosocial” fazem parte do mesmo processo. “Las Américas no se incorporaran en una ya existente economía-mundo capitalista. Una economía-mundo capitalista no hubiera tenido lugar sin las Américas” (Quijano & Wallerstein, 1992, p. 1).

Neste processo de evolução da economia-mundo capitalista, o nascimento do que ficou conhecido como América Latina não se deu em função de si mesmo, “sino que siempre en función de los diferentes centros hegemónicos, potenciales o reales, de la economía capitalista mundial y del capitalismo como sistema histórico”. Segundo Rojas, “la suerte que le ha tocado a América Latina en cuanto a su integración específica a este capitalismo, a esta economía mundial y a esta historia universal, ha sido la de ser una de las ‘periferias’ o ‘areas dominadas’ de dichas entidades globales” (2002).

Segundo Braudel, a América Latina “se curvou a todas as exigências da demanda mundial de matérias-primas, numa economia que foi a princípio de *tipo colonialista* estrito, e que, depois da época colonial, se perpetuou sob a forma de uma *economia de dependência*” (1989, p. 398). Em relação ao Brasil especificamente, o livro clássico de Caio Prado Jr. começa

advertindo que a essência de nossa formação foi “fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto” (2000, p. 20).

Este “sentido do povo” brasileiro²³ nada mais é do que resultado de um processo que envolve toda região latino-americana:

“No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos” (idem, p. 20, grifo no original).

Este “sentido” explica o caráter periférico/semi-periférico da América Latina. Além disto, o sentido exportador do Brasil, característica central também de todos países latino-americanos (“colonização tropical”) é crucial para compreender o verdadeiro papel da dívida externa nesta região. Isto deve-se ao fato de que, historicamente, as elites agrárias – atualmente agroindustriais –, cujo poder está enraizado nas estruturas políticas desta região, não vêem com maus olhos o processo de endividamento externo. Na realidade,

“a existência de uma dívida pesada acalma a burguesia exportadora, seja ela industrial ou agrária, porque garante que o Estado manterá os incentivos às exportações e o câmbio desvalorizado, que rende muito mais moeda local para a mesma receita em dólares, e garante que seus privilégios serão mantidos e os anseios econômicos e políticos das grandes massas devidamente reprimidos” (Kucinski e Brandford, 1987, p.92).

Ao observar, como será realizado no quarto capítulo deste trabalho, o caráter estrutural da dívida na América Latina e a mesma solução exportadora reservada à crise de endividamento externo do final da década de 1970, será possível perceber o peso que este sentido da colonização possui sobre as estruturas econômicas, políticas e sociais latino-americanas.

²³ “Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem *num largo período de tempo*” (Prado Jr., 2000, p. 07, grifo nosso).

Feita as considerações acerca do papel da América Latina no sistema-mundial, as estruturas que este papel engendrou nesta região e após destacar como unidade de análise adequada à investigação social o sistema-mundo capitalista, pode-se agora caracterizar os principais aspectos do modelo teórico elaborado por Giovanni Arrighi, em “O Longo Século XX”, para, posteriormente, interpretar a crise da dívida externa dos anos 70/80, como um sintoma de uma fase específica daquele modelo.

CAPÍTULO III

3. A EXPANSÃO FINANCEIRA COMO FASE DE UM CICLO

O presente capítulo tem como objetivo, através da revisão e apresentação dos principais conceitos desenvolvidos por Giovanni Arrighi em “O Longo Século XX”, caracterizar a expansão financeira iniciada na década de 1970 como uma fase de ciclos recorrentes na história do capitalismo como sistema social, os Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA). Para tanto, inicialmente é feita uma breve revisão acerca do que são os CSA, concentrando o foco no principal aspecto referente ao objetivo deste trabalho, a saber, a fase de expansão financeira do ciclo e sua relação com a dívida pública. Feito isso, segue uma descrição dos principais aspectos da fase de expansão financeira do CSA norte-americano e seus efeitos gerais na América Latina.

3.1. OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO

Fernand Braudel, na introdução à sua obra “Civilização Material, Economia e Capitalismo”, coloca que esta obra fora concebida “à margem da teoria, de todas teorias, exclusivamente sob o signo da observação concreta e da história comparada” (Braudel, 1995, p.13). No prefácio do terceiro volume ele reitera que está “persuadido de que a história tem todas as vantagens em raciocinar por comparações, em escala do mundo – a única com validade” (Braudel, 1996, p.09). Arrighi seguiu tais ensinamentos para construir o conceito de Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA) e utilizou “o método que Philip McMichael (1990) chamou de ‘comparação incorporada’” (Arrighi, 1996, p.24). Neste caminho,

“Os ciclos não são presumidos, mas construídos, factual e teoricamente... A comparação é *incorporada* na própria definição do problema pesquisado: constitui a essência, e não o contexto da investigação. Os ciclos que emergem da investigação não são partes

subordinadas de um todo pré-concebido, nem tampouco exemplos independentes de uma situação; são exemplos interligados de um *único* processo histórico de expansão capitalista, que eles mesmos constituem e modificam” (Arrighi, 1996, p.24, grifos no original).

Desta forma, Arrighi não se prende a uma teoria pré-concebida e procura na observação histórica comparada as bases para sua construção analítica. Não apenas esta conseqüente liberdade teórica Arrighi adota de Braudel. Na verdade, a base do arcabouço analítico proposto por Arrighi reside na obra citada deste historiador. Nesta base, outras idéias fundamentais podem ser destacadas na estrutura criada por Arrighi em “O Longo Século XX” cujas origens estão em Braudel.

A primeira é a noção de longa duração histórica, que levou Arrighi a procurar as respostas do seu estudo “numa investigação das tendências atuais à luz de padrões de repetição e evolução que abarcam todo capitalismo histórico como sistema mundial” (idem, p.04). A adoção de um horizonte histórico de longa duração está em harmonia com a crítica à compartimentarização das ciências sociais, abordada no capítulo anterior. Segundo Rojas, “*a teoria braudeliiana sobre a longa duração histórica...[é] declaradamente um programa aberto de pesquisa*, cujo objetivo central era a construção de uma *linguagem comum para todas as ciências sociais contemporâneas*” (Rojas, 2001, p.25, grifo no original).

A análise de Arrighi procura entender a expansão financeira dos anos 1970 abarcando todo percurso do capitalismo como sistema social histórico. Desta forma, ele atenta às estruturas deste sistema e utiliza a “idéia braudeliiana das expansões financeiras como fases finais dos grandes desenvolvimentos” (Arrighi, 1996, XI). Na verdade, esta idéia deriva de outra lição braudeliiana: a “afirmação de Fernand Braudel de que as características essenciais do capitalismo histórico em sua *longue dureé* – isto é, durante toda sua existência – foram a ‘flexibilidade’ e o ‘ecletismo’ do capital, e não as formas concretas assumidas por ele em diferentes lugares e épocas” (idem, p.04). Devido justamente a este “ecletismo” e “flexibilidade”, a expansão financeira aparece como um sintoma da maturidade de determinado desenvolvimento capitalista.

A relação simbiótica entre o capitalismo e o Estado já foi comentada no capítulo anterior e não é preciso retornar a esta questão agora. O que se procura ressaltar aqui é o fato de que a construção do principal conceito da obra de Arrighi – os Ciclos Sistêmicos de Acumulação – apóia-se também em uma noção fundamental de Braudel, que consiste na “existência de uma

relação ligando a criação e a reprodução ampliada do capitalismo histórico, como sistema mundial, aos processos de formação de Estados, de uma lado, e de formação de mercados, de outro” (idem, p. 10).

Outra peça fundamental que Arrighi extrai de Braudel é a concepção de que “não há *uma* economia, mas sim economias” (Braudel, 1995, p.12). Sendo assim, o capitalismo é entendido “como a camada superior de uma estrutura de três patamares” (idem, p. 10) formada também pela “economia de mercado” e pela “vida material”. A vida material “é a atividade elementar de base que se encontra por toda parte e cujo volume é simplesmente fantástico”, é uma “infra-economia, [a] outra metade informal da atividade econômica, a da auto-suficiência, da troca dos produtos e dos serviços num raio muito curto” (idem, p. 12). Acima desta “zona espessa, rente ao chão”, encontra-se a “economia de mercado”, o lar das trocas, que “rege sempre o conjunto das trocas *que as nossas estatísticas controlam*” (idem, p. 12, grifo original); nesta camada operam as leis de oferta e demanda, ligadas horizontalmente. E no topo deste esquema tripartido encontra-se o que Braudel entende por capitalismo, considerado o antimercado, onde se “falseiam a troca em proveito próprio, fazem vacilar a ordem estabelecida” (idem, p. 12); nesta zona superior se aloja o “*verdadeiro* capitalismo, sempre multinacional, o parente das grandes Companhias das Índias e dos monopólios de todos tamanhos, de direito e de fato” (idem, p. 12-13). O principal aspecto do capitalismo neste sentido é sua flexibilidade e capacidade de mudança na busca pelo maior lucro possível e pela ampliação da liquidez, da liberdade de escolha, independente da forma em que se materializa a acumulação.

Antes de dar continuidade à caracterização do CSA, é imprescindível ressaltar que estes ciclos “são processos ligados ao ‘alto comando’ da economia capitalista mundial” (idem, p. XII), ao andar superior, de acordo com a concepção braudeliiana. O próprio Arrighi reconhece a restrição que este foco gera, já que “a luta de classes e a polarização da economia mundial em centros e periferias... desapareceram de cena quase por completo” (idem, p. XII). Ele adverte, porém, que “a lógica da camada superior tem apenas uma relativa autonomia das lógicas das camadas inferiores e só pode ser plenamente compreendida em relação a essas outras lógicas” (idem, p. 26). O que o trabalho aqui realizado pretende mostrar é o impacto de uma determinada fase do CSA – a expansão financeira iniciada no último quarto do século passado – sobre uma região periférica/semi-periférica – a América Latina.

Ao concentrar sua investigação no “capitalismo como a camada superior da hierarquia do mundo dos negócios” (idem, p. 24), Arrighi destaca o caráter flexível do capitalismo neste sentido:

“A idéia dos ciclos sistêmicos de acumulação... deriva diretamente da idéia braudeliana do capitalismo como a camada superior ‘não especializada’ da hierarquia do mundo do comércio. Nesta camada superior é que se fazem os ‘lucros em larga escala’. Nela, os lucros não são grandes apenas porque a camada capitalista ‘monopolize’ as atividades econômicas mais lucrativas; mais importante ainda é o fato de que a camada capitalista tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para as que não se encontrem nessa situação (idem, p. 08).

O capitalismo é, portanto, “essencialmente conjuntural”, sendo que “uma das suas grandes forças é a facilidade de adaptação e reconversão” (Braudel, 1985, p.66) no caminho para sua maior reprodução possível.

Arrighi recorre à fórmula DMD’, de Karl Marx, para fazer uma analogia do que representa a flexibilidade do capital, demonstrar que é possível interpretar tal fórmula de acordo com a “caracterização braudeliana da ‘expansão financeira’ como um sintoma da maturidade de determinado desenvolvimento capitalista” (Arrighi, 1996, p. 05) e, com isso, chegar à criação do conceito de Ciclos Sistêmicos de Acumulação. Segundo ele, a fórmula DMD’ representa um padrão recorrente do capitalismo histórico como sistema mundial:

“O aspecto central deste padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD’). Nas fases de expansão material, o capital monetário ‘coloca em movimento’ uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário ‘liberta-se’ de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD’). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação*” (idem, p. 06, grifo no original).

Portanto, cada CSA é formado por uma fase de expansão material, na qual o capital encontra sua maior reprodução ampliada na esfera produtiva, e uma fase de expansão financeira, na qual a acumulação de capital na maior escala possível se dá no âmbito financeiro. Dito de outra forma, esta última fase – de expansão financeira – “são tomadas como sintomáticas de uma situação em que o investimento da moeda em na expansão do comércio e da produção não mais atende, com tanta eficiência quanto as negociações puramente financeiras, ao objetivo de aumentar o fluxo monetário que vai para a camada capitalista” (idem, p.08).

A criação do conceito de CSA tem como principal objetivo “descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração dos sucessivos regimes [de acumulação] pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde seu embrião subsistêmico do fim da Idade Média até sua dimensão global da atualidade” (idem, 10). Os regimes de acumulação consistem num conjunto de estratégias e estruturas específicas através das quais os agentes hegemônicos controlam a expansão da economia-mundo capitalista.

Os CSA, ao mesmo tempo em que apontam tanto para uma “continuidade fundamental nos processos mundiais de acumulação de capital..., também constituem rupturas fundamentais nas estratégias e estruturas que moldaram esses processos ao longo dos séculos” (idem, p.08). A própria idéia de ciclo remete a um processo contínuo; este processo contínuo é a acumulação de capital. No entanto, as fases de expansão material de cada ciclo “consistem em fases de mudanças contínuas, durante as quais a economia capitalista mundial cresce por uma única via de desenvolvimento” enquanto as fases de expansão financeira “consistem fases de mudanças descontínuas, durante as quais o crescimento pela via estabelecida já atingiu ou está atingindo seus limites e a economia capitalista mundial ‘se desloca’, através de reestruturações e reorganizações radicais, para outra via” (idem, p.09). Neste sentido, o processo contínuo de acumulação apresenta características diferenciadas em determinados espaços de tempo, que constituem um regime de acumulação.

Cada via de desenvolvimento, ou regime de acumulação, traz consigo contradições inerentes que “criam espaços para o surgimento de regimes concorrentes e alternativos, um dos quais acaba por se tornar... o novo regime dominante” (idem, p.220). Tais reestruturações e reorganizações da economia capitalista mundial não ocorrem devido à ação inintencional dos agentes econômicos, mas sim mediante a liderança de determinado bloco de agentes governamentais e empresarias.

Neste sentido, os CSA são caracterizados pela ascensão, desenvolvimento e fim de determinados regimes de acumulação e a denominação de cada CSA se refere a cada Estado hegemônico que determinou durante um período o regime de acumulação em escala mundial, ou seja, promoveu, organizou, regulou “a expansão ou reestruturação da economia mundial capitalista” (idem, p.10). Sendo assim, Arrighi identifica ao longo da história do capitalismo quatro CSA,

“Cada qual caracterizado por uma unidade fundamental do agente e estrutura primários dos processos de acumulação de capital em escala mundial: um ciclo genovês, do século XV o início do século XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI até decorrida a maior parte do XVIII; um ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e um ciclo norte americano, iniciado no fim do século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira” (idem, p.6).

Fica evidente, mais uma vez, a importância fundamental da relação intrínseca entre as formações do Estado e da economia mundial capitalista. Entretanto, na perspectiva adotada por Arrighi, este processo não possui apenas este lado:

“o anverso deste processo foi a competição interestatal pelo capital circulante”, que “foi um componente crucial de toda e qualquer fase de expansão financeira, bem como um fator de vulto na formação dos blocos de organizações governamentais e empresariais que conduziram a economia capitalista mundial por suas sucessivas fases de expansão material” (idem, p.12).

O outro lado deste processo é o ponto fundamental do trabalho aqui desenvolvido, pois aí se situa a relação da concorrência interestatal com o endividamento nacional. Esta relação fica mais evidente nas fases de expansão financeira. Sendo assim, torna-se necessário uma melhor caracterização desta fase.

A expansão financeira de cada ciclo tem início no momento em que as contradições do regime de acumulação crescem de tal forma que “criam espaço para o surgimento de regimes concorrentes e alternativos” (idem, p.220). No início de cada expansão financeira há uma crise sinalizadora do regime de acumulação dominante, na qual o principal agente de acumulação demonstra uma avaliação negativa de se encontrar a maior lucratividade possível mediante

reinvestimentos no setor produtivo, bem como uma avaliação positiva na “possibilidade de prolongar sua liderança/dominação, no tempo e no espaço, através de uma especialização maior nas altas finanças” (idem,p.220). Arrighi reconhece que esta passagem pode de fato renovar a riqueza e poder do agente hegemônico, e isso ocorreu nos quatro CSA; entretanto, este movimento “nunca representou uma solução duradoura para a crise sistêmica subjacente” (idem, 220)²⁴.

As fases de expansão financeira, portanto, correspondem a períodos de mudança sistêmica, nos quais ocorrem transições hegemônicas e um determinado regime de acumulação chega ao seu fim. Nas fases de expansão financeira o máximo lucro já não é obtido através da acumulação produtiva, mas sim no âmbito financeiro, ou seja, no comércio de moedas, títulos, etc. Na medida em que a esfera produtiva não mais é o lócus de acumulação onde os agentes capitalistas obtêm os maiores lucros possíveis, gera-se um capital excedente, que permanece sob a forma líquida, à procura de uma fonte de reprodução na maior escala possível. Percebe-se, então, o caráter flexível do capitalismo como a camada superior do mundo dos negócios. Não importa a forma de acumulação, mas sim a reprodução ampliada do capital.

Tendo em vista que, em grande medida, a base da “acumulação de poder” dos Estados está na tributação das atividades produtivas inseridas em sua jurisdição, e que, nas fases de expansão financeira, estas atividades não mais são capazes de maximizar o lucro dos agentes capitalistas, a crescente liquidez gerada pela não aplicação dos grandes capitais na esfera da produção é absorvida pelos Estados, que necessitam manter os recursos necessários para o processo de “acumulação de poder”. O endividamento estatal aparece, portanto, como a saída tanto para os grandes capitalistas e agentes financeiros quanto para os Estados:

“Em todas as fases de expansão financeira da economia mundial, a superabundância de capital monetário, gerada pela queda nos lucros e pelo aumento dos riscos de seu emprego no comércio e na produção, foi igualada ou até superada foi uma expansão aproximadamente sincrônica da demanda de capital monetário, por parte de organizações

²⁴ Em contraste com esta afirmação de Arrighi, para Maria Conceição Tavares, a hegemonia norte-americana enquanto “capacidade de enquadramento econômico, financeiro e político-ideológico de seus parceiros e adversários” (Tavares, 1997, p.27) foi de fato retomada através das políticas e ações estratégicas do governo estadunidense no final da década de 1970, que colocaram, segunda ela, de um lado o poder supremo do dólar como moeda mundial e, de outro, a superioridade militar inatingível dos EUA, gerando os pilares fundamentais para que este país continuasse a ditar as regras políticas, financeiras e militares dos demais países.

para quem o poder e o status, e não o lucro, eram o princípio de ação norteador. Em geral, essas organizações... lutaram contra a queda nos lucros tomando emprestado todo capital que podiam e investindo-o na conquista forçosa de mercados, territórios e populações” (idem, p.238).

Para explicar como se deu historicamente a transferência de capital do Estado hegemônico em declínio para a potência em ascensão e que papel joga este processo no sistema inter-estatal, Arrighi cita Marx, que explica a importância do endividamento estatal na acumulação primitiva:

“O endividamento do Estado, isto é, a *alienação do Estado* – seja ele despótico, constitucional ou republicano – imprimiu sua marca na era capitalista. (...) Como pelo toque de uma vara de condão, [a dívida pública] confere ao dinheiro estéril capacidade de multiplicar-se e, com isso, transforma-se em capital, sem a necessidade de que ele se exponha aos problemas e riscos inseparáveis de seu emprego na indústria ou até na usura. Os credores do Estado, na verdade, não dão coisa alguma, pois a soma emprestada é transformada em títulos públicos, fáceis de negociar, que podem continuar funcionando em suas mãos tal como o fatia o dinheiro sonante (Marx, 1959, apud Arrighi, 1996, p.13, grifo nosso).

O que importa ressaltar neste ponto é a *alienação* do Estado representada pela dívida pública. No mesmo parágrafo citado acima, Marx ainda lembra como a dívida pública representa “a única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente entra na posse coletiva dos povos modernos” (Marx, 1984, p.288).

Arrighi procurou em Marx um companheiro na percepção de que “os centros em declínio tentavam apropriar-se de uma parte dos enormes excedentes acumulados nos novos centros, em ascensão, enviando capital para estes” (Arrighi, 1996, p. 15). Com efeito, ele concentrou sua observação nos países centrais, seja a potência decadente, seja a possível nova potência. Como foi colocado anteriormente, a América Latina não foi nunca um centro hegemônico nem tampouco se apresenta como um possível centro hegemônico na atual fase da economia mundial capitalista; porém, o aumento do volume de crédito disponível na fase de expansão financeira se refletiu sobremaneira nesta região. Analisar os reflexos do processo de expansão financeira do CSA norte-americano sobre a América Latina, considerando

especificamente o caso do Brasil, é justamente o objetivo central deste trabalho. Para tanto, é preciso agora apresentar as principais características deste processo.

3.2. A EXPANSÃO FINANCEIRA DO CSA NORTE-AMERICANO E SEU IMPACTO NA AMÉRICA LATINA

As principais características do conceito de CSA foram descritas na seção anterior, com destaque para aquelas relacionadas diretamente à finalidade do presente estudo, ou seja, o papel do endividamento estatal nas fases de expansão financeira dos CSA. A partir disto, faz-se necessário agora apresentar os principais aspectos referentes à expansão financeira iniciada na década de 1970 como uma fase do CSA norte-americano.

Não é raro encontrar estudos que tratam da crescente “financeirização” do processo de acumulação de capital após a quebra, em 1971, dos padrões estabelecidos em Bretton Woods. Segundo Chesnais, por exemplo, a partir daquela década, “o estilo de acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros..., cuja função é frutificar principalmente no interior da esfera financeira” (Chesnais, 1996, p.15). Para Chesnais, a “mundialização do capital” designa “uma etapa particular do estágio do imperialismo” (2003, p.46); esta fase de “mundialização do capital, em que ingressamos no decorrer da década de 1980, [é] decerto muito diferente do período fordista, mas também do período inicial da época imperialista, um século atrás” (1996, p.14).

De acordo com Arrighi, entretanto,

“a expansão financeira das décadas de 1970 e 1980 realmente parece ser a tendência predominante dos processos de acumulação de capital em escala mundial. Mas não parece ser uma tendência nada ‘revolucionária’. Expansões financeiras desse tipo repetiram-se desde o século XIV, como reação característica do capital à intensificação das pressões competitivas que decorreram, invariavelmente, de todas as grandes expansões do comércio e produção mundiais” (Arrighi, 1996, p.309).

Para Arrighi, a expansão financeira da década de 1970 e 1980 é um sintoma característico do fim do CSA liderado sob a hegemonia dos EUA, que se inicia no fim do século XIX, mas cujo auge se dá após a Segunda Guerra Mundial, baseado fundamentalmente no regime

de acumulação centrado nas grandes corporações transnacionais “com integração vertical e administração burocrática” (idem, p.250).

É importante ressaltar aqui o conceito de hegemonia adotado por Arrighi. Ele retoma a concepção de Gramsci e a transpõe do plano nacional para o sistema inter-estatal. Neste sentido, a hegemonia não se resume simplesmente à dominação militar e superioridade bélica; uma nação hegemônica deve exercer também a “liderança intelectual e moral”, representando, portanto, o interesse geral das demais nações daquele sistema. Os momentos históricos em que nenhum Estado é capaz de liderar o sistema de Estados para uma determinada direção numa posição de hegemonia, Arrighi identifica como períodos de “caos sistêmico”.

Conforme o modelo de interpretação proposto em “O Longo Século XX”, entre as décadas de 1940 e 1970, os EUA de fato exerceram a hegemonia mundial. Durante este período, os EUA foram capazes de liderar o sistema mundial de acumulação para uma direção determinada, impondo a supremacia de sua via de desenvolvimento baseada nas grandes corporações capazes de internalizar os custos de transação. “A mudança ocorreu nos anos cruciais de 1968-73” (idem, p.308). Cerca de 25 anos após a Segunda Guerra Mundial, as contradições do regime norte-americano se acentuaram cada vez mais e este regime entrou em processo de desintegração.

A expansão financeira dos anos 1970 revela o início do fim do CSA sob hegemonia norte-americana. O processo de derrocada dos EUA como centro hegemônico mundial é analisado por Arrighi em três esferas distintas e relacionadas:

“Militarmente, o exército norte-americano entrou em dificuldades cada vez mas sérias no Vietnã; financeiramente, o Sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos verificou ser difícil e, depois, impossível preservar o modo de emitir e regular o dinheiro mundial estabelecido em Bretton Woods; e ideologicamente, a cruzada anticomunista do governo norte-americano começou a perder legitimidade no país e no exterior. A crise teve uma deterioração rápida e, em 1973, o governo norte-americano havia recuada em todas as frentes” (idem, p.310).

No que tange ao foco específico deste trabalho, a esfera financeira é a que possui maior relevância. Devido ao rápido crescimento do mercado de eurodólares, o governo norte-americano, em 1971, “foi forçado a abandonar a ficção do padrão de câmbio ouro-dólar” (idem, p. 310) estabelecido pelo Sistema de Bretton Woods, no qual a emissão do dólar estava

teoricamente atrelada ao ouro por uma taxa de câmbio fixa. Este mercado de eurodólares, em 1952, “movimentava aproximadamente 2 bilhões de dólares...[enquanto que] pouco mais de doze anos depois, às vésperas da alta do preço do petróleo, em 1973, esse montante atingia 160 bilhões de dólares” (Chesnais, 1996, p.253). A partir de então, era esse mercado que decidia as taxas de câmbio no mundo.

O mercado de eurodólares, ou seja, o mercado de dólares transacionados fora dos EUA e principalmente na Europa, teve sua primeira expansão devido aos depósitos em dólares realizados pelos países comunistas, em especial a Rússia, em bancos fora dos EUA, temendo um seqüestro de suas divisas. Além disso, o controle das autoridades sobre os bancos americanos tornava mais atraente a manutenção dos recursos fora dos EUA. É justamente isso que as grandes corporações norte-americanas começam a fazer.

Na medida em que são as próprias contradições internas de cada regime de acumulação que levam à sua desintegração, “a formação do mercado de eurodólares ou eurodivisas foi resultado inintencional da expansão do regime de acumulação norte-americano” (idem, p.311). Sendo assim, a expansão das atividades das grandes corporações norte-americanas pelo mundo também contribuiu para que fosse “solapada a centralidade de Washington na produção e regulação do dinheiro mundial”, ou seja, o controle da liquidez mundial de dólares vai sendo transferido “dos órgãos públicos para a iniciativa privada, e de Washington para Londres e Nova York” (idem, p.318).

A reação inicial do governo dos EUA frente à crescente perda do controle da moeda mundial foi o abandono do padrão de câmbio ouro-dólar, que resultou na criação de um puro padrão dólar. Em 1971, o então presidente dos EUA, Richard Nixon, pôs fim à conversão de dólar por ouro a uma taxa fixa. De fato, durante alguns anos, os privilégios de *seignorage* dos EUA “proporcionaram ao governo e às empresas norte-americanos grandes vantagens competitivas, na escalada da luta intercapitalista pelos mercados e fontes de insumos primários do mundo” (idem, p.319). No entanto, “essa mudança impôs novas restrições, que o governo norte-americano não podia ignorar por muito tempo sem debilitar seriamente sua posição privilegiada no sistema monetário mundial” (idem, p.321).

As taxas de câmbio flexíveis, por um lado, fizeram com que as próprias corporações norte-americanas passassem a aplicar no mercado futuro de divisas, como meio de se defender das oscilações das taxas de câmbio em que seus negócios eram realizados. Por outro lado, “as

oscilações das taxas de câmbio tornaram-se um fator fundamental na determinação das variações das posições de fluxos de recursos, vendas, lucros e ativos” (idem, p.322), e isso gerava uma crescente incerteza que afetava não apenas as empresas como também os próprios países. Nesta turbulência, “os governos do Terceiro Mundo foram mais gravemente afetados do que quaisquer outros pelo novo regime monetário” (idem, p.322). Este é um fator fundamental que contribuiu para o crescimento da dívida externa nestes países, onde, sem dúvida, inclui-se a América Latina.

Frente às flutuações das taxas de câmbio, “o valor das receitas de exportação, dos pagamentos pelas importações, da renda nacional e das receitas governamentais dos países do Terceiro Mundo... [e] a maioria destes países simplesmente não detinha os recursos financeiros necessários para se precaver contra as flutuações” (idem, p.322). O caminho para esta proteção era justamente a contração de dívidas externas. Desta forma, estes países passam a demandar “recursos para contrabalançar os efeitos devastadores das crises financeiras” (idem, p.322).

“A comienzos de la década del setenta... los grandes bancos transnacionales comenzaron a ofrecer créditos abundantes a toda América Latina con pocas – o ninguna – exigencias formales” (Schvarzer, 2003, p.10). A facilidade com que os países da América Latina adquiriam empréstimos (dívidas) durante a década de 1970 é um sintoma da fase de expansão financeira do CSA norte-americano; as conseqüências futuras para cada país também. A enorme oferta de divisas na economia mundial capitalista e a crescente competição entre os capitais privados e públicos forçaram

“os membros da confraria de bancos liderada pelos Estados Unidos, que controlava os negócios de eurodivisas, a competir ferozmente entre si para empurrar o dinheiro para países considerados dignos de crédito e, a rigor, para baixar os padrões pelos quais os países eram julgados dignos de crédito” (Arrighi, 1996, p.325).

O aumento do preço do petróleo promovido pelos países da OPEP em 1973 veio agravar esta situação, pois os volumosos recursos que migraram para estes países não seriam aplicados na esfera produtiva e sim reinvestidos no âmbito financeiro, gerando um impulso ainda maior à expansão financeira. Neste contexto, a adoção de taxas de câmbio flexíveis apenas acelerou a perda cada vez maior do controle da produção e regulação da moeda mundial pelos países capitalistas mais poderosos.

Diante da turbulência financeira mundial cada vez maior, a credibilidade no dólar como moeda mundial viável começa a ser questionada. “Em 1978, havia sinais claros de que uma crise dessa natureza estava prestes a se materializar” (idem, p.329). É exatamente neste ano que o governo norte-americano passa a adotar medidas contrárias à frouxidão monetária até então em vigor com o objetivo de “não apenas restabelecer a confiança no dólar norte-americano, mas [também] centralizar de novo nos Estados Unidos o dinheiro mundial sob controle privado” (idem, p.327).

Dentre as medidas adotadas por Paul Voleker, então diretor do Sistema de Reserva Federal norte-americano, pode-se dizer que a que mais afetou os países latino-americanos foi a elevação drástica das taxas de juros internacionais. Nas palavras de Arrighi, “os efeitos devastadores das políticas monetárias restritivas norte-americanas, das altas taxas de juros e da desregulamentação logo colocaram os países do Terceiro Mundo de joelhos” (idem, p.334).

Por um lado, a política monetária restritiva adotada pelos EUA resultou numa queda acentuada da demanda pelas exportações dos países do Sul. Segundo dados da ONU citados por Arrighi (1996), os preços reais das exportações destes países caíram 40% entre 1980 e 1988. Por outro lado, “os pagamentos latino-americanos de juros da dívida... subiram de menos de 1/3 de suas exportações, em 1997, para quase 2/3 em 1982” (idem, p. 335). Segundo Chesnais, “houve uma espetacular inversão de fluxos”, pois, em 1983, a entrada líquida de créditos privados, que era da ordem de 26 bilhões de dólares em 1980, passou para 1,6 bilhão. Já em 1984, esse “fluxo simplesmente passou a correr em sentido contrário, tornando-se uma transferência líquida de 25 bilhões de dólares aos bancos credores” (Chesnais, 1996, p.256). Em outros termos, “a dívida contratada pela América Latina passou de 27 bilhões de dólares em 1970 a 328 bilhões em 1982... e a 607 bilhões em 1996”. Ademais, neste mesmo período (1970 a 1996), “os pagamentos anuais de serviços e juros passaram de pouco mais de 2,5 bilhões de dólares para algo em torno de 30 bilhões” (Estay R., 2000) . Enfim, “os capitais fugiam, buscando o melhor juro que a economia norte-americana pagava, que agora resgatava e com acréscimos os ‘papéis’ que havia distribuído para endividar-nos” (Perdia e Narvaja, 1986, p.43).

E não foi somente a América Latina que sofreu o impacto do aumento das taxas de juros norte-americanos. Considerando os chamados “países em desenvolvimento”, a dívida externa destes países cresceu de 658 bilhões de dólares em 1980 para 1,5 trilhão em 1990 (Chossusdovsky, 1999, p.38)

“Há uma relação estreita, quase ‘simbiótica’ entre a política de administração da dívida e reforma macroeconômica”, lembra Chossusdovski (1999, p.43). A necessidade de garantir o pagamento da dívida externa fez com que, a partir da metade da década de 1980, praticamente todos países da América Latina implementassem políticas de “ajuste”²⁵ estrutural, adotando medidas de austeridade fiscal, abertura comercial, privatizações, etc., sob supervisão dos principais organismos financeiros multilaterais. Em outras palavras, “a década de 80 foi marcada na América Latina por uma ofensiva liberal muito forte em torno do ajuste de suas economias para pagar o endividamento externo” (Santos, 2000b, p.22). Pode-se dizer também que “foi durante a década de oitenta que a aristocracia financeira – aproveitando a crise da dívida que se abateu sobre o continente – apoderou-se do controle do Estado e, por um lado aprofundou o grau de exploração dos trabalhadores enquanto que por outro, deslocou o poder que ostentou durante décadas o capital produtivo” (Ouriques, Carvalho, Rutkoski, 2001, p.206).

Num primeiro momento, antes mesmo da adoção irrestrita das políticas “liberalizantes”, ou “neoliberais”, a saída imediata dos países endividados, em especial na América Latina, foi a obtenção de superávits comerciais:

“Devido à total interrupção do fluxo de empréstimos por parte dos bancos estrangeiros depois da crise do México de meados de 1982, os recursos para essa transferência precisaram ser gerados dentro da própria região... e a América Latina teve que gerar os recursos de forma muito mais dolorosa, através de saldos do seu comércio exterior, sua única fonte regular importante de moeda forte” (Kucinski e Brandford, 1987, p.18).

Diante deste quadro e tendo em mente o modelo analítico desenvolvido por Arrighi, cujos principais elementos foram expostos acima, cabe agora analisar as conjunturas locais que levaram ao crescimento da dívida externa, bem como apresentar as políticas econômicas relacionadas ao seu pagamento. O capítulo seguinte segue nesta direção e tratará especificamente do caso do Brasil.

²⁵ Como ficará evidente no próximo capítulo, os países latino-americanos, e em particular o Brasil, sempre estiveram muito bem “ajustados” aos movimentos da economia mundial capitalista.

CAPÍTULO IV

4. A DÍVIDA EXTERNA E “AJUSTE ESTRUTURAL” NO BRASIL

A finalidade deste capítulo é relacionar as políticas econômicas adotadas desde o final da década de 1960 até o início da década de 1990 com o crescimento da dívida externa do Brasil, bem como analisar a natureza deste crescimento e seus impactos iniciais após a “crise da dívida” nos anos 80, dando destaque à “saída” exportadora. Procura-se demonstrar a relação intrínseca entre o alto crescimento da dívida externa e a fase de expansão financeira do CSA de acumulação norte-americano. Por fim, realiza-se um retorno no tempo ao final do século XIX, período em que se dá a fase de expansão financeira do CSA britânico, com a intenção de esboçar brevemente as semelhanças e diferenças desta expansão financeira em relação à expansão financeira do CSA norte-americano no que diz respeito ao aumento de dívida externa e às políticas então adotadas.

4.1. A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA DOS ANOS 1970 E A EXPANSÃO FINANCEIRA: O CASO BRASILEIRO

A análise da conjuntura interna específica que permitiu e estimulou o endividamento externo brasileiro durante a década de 1970 apresenta diversos pontos de partida possíveis. O golpe militar de 1º de Abril de 1964 pode ser considerado um deles, já que o “endividamento externo e as ditaduras militares andaram juntos na América Latina” (Gonçalves e Pomar, 2000, p.08). As ditaduras militares levaram adiante um modelo de “desenvolvimento” baseado no endividamento externo:

“No fim dos anos 50, consolidou-se, nos Estados Unidos, a visão de que a implantação de um processo de desenvolvimento necessitava de uma elite militar, empresarial e até mesmo sindical que estabelecesse um regime político forte, esclarecido e modernizador... O golpe de Estado de 1964 no Brasil foi o momento fundador deste novo modelo... O

regime militar criado em 1964 dava origem a uma modernização fundada na aliança e integração... [da burguesia nacional] ao capital multinacional” (Santos, 2000b, p.14).

Para apresentar a relação entre os governos militares e o endividamento externo de forma breve e restringindo-se apenas ao país aqui estudado, no Brasil, o golpe de 1964 é o primeiro passo para 20 anos de ditadura militar e, neste intervalo, a dívida externa brasileira salta de US\$ 2,9 bilhões para US\$ 103 bilhões (Kucinski e Brandford, 1987).

No início do governo militar ocorreram importantes modificações no sistema financeiro nacional e este fato possui forte conexão com a crise da dívida externa posterior. “Os primeiros ditadores, que governaram até 1969 (Castelo Branco, Costa e Silva e a Junta Militar), endividaram-se relativamente pouco...[mas] prepararam o terreno, principalmente por meio da reforma do sistema financeiro e do ‘aperfeiçoamento’ da legislação relativa à entrada de capitais estrangeiros” (Gonçalves e Pomar, 2000, p.11).

Como mostra Maria da Conceição Tavares, “após 1964, empreende-se uma reforma geral do Sistema Monetário-Creditício e em 1965 a Reforma Financeira estabelece novas bases para viabilizar o desdobramento das funções financeiras” (1983, p.108)²⁶.

De acordo com Tavares, os sistemas financeiros possuem três funções operacionais:

“1) criar crédito ampliado com base na amplificação das relações débito-crédito entre empresas, famílias e instituições financeira; 2) intermediar a transferência de capital de empréstimo através da diversificação e acumulação de ativos financeiros suscetíveis de utilização por parte das empresas e instituições superavitárias; 3) finalmente, o sistema financeiro deveria gerir e direcionar os volumes aglutinados de capital-dinheiro no sentido de dar suporte aos movimentos da acumulação real, especialmente quando se trata de avançar capital para projetos de grande porte e largos prazo de maturação” (1983, p.109).

Ao continuar, ela adverte que

“na prática, porém, todos os sistemas financeiros cumprem a função intrínseca de centralização dos excedentes financeiros ou do capital-dinheiro sem aplicação rentável

²⁶ Um simples exemplo seria “a criação do Banco Central [,que] foi um enorme avanço no sentido da modernização do sistema financeiro” (Resende, 1982, p.226).

e/ou segura no setor produtivo. Vale dizer, cumprem a função que lhes é específica num sistema capitalista: de *valorizar o capital no circuito financeiro*” (idem, p.109, grifo nosso).

Tendo em vista que é nesta mesma época que o grande capital mundial começa a sentir as pressões da queda da taxa de lucros no âmbito produtivo e inicia sua migração para a esfera financeira, ou, em outras palavras, a fase de expansão material começa a dar lugar à fase de expansão financeira do CSA norte-americano, a estruturação de um sistema financeiro organizado no Brasil tem um papel fundamental no cumprimento da “função intrínseca” deste sistema, permitindo que “o crédito (*dívida*) cresça... muitíssimo mais que o produto, em termos reais, durante toda a etapa de expansão recente” (idem, p.130, grifo nosso), ou seja, durante a década de 1970.

Na verdade, “durante quase toda a década de sessenta a dívida externa bruta praticamente não se alterou, oscilando em torno de uma patamar estável, da ordem de 3 a 4 bilhões de dólares” (Cruz, 1983, p.60). É no início da década de setenta que se dá o “primeiro grande impulso da dívida externa brasileira, em sua história recente” (idem, p.60). A partir de então, o endividamento externo passa a ser visto como o caminho ao crescimento econômico. É justamente neste período que se assinala a crise eminente do regime norte-americano.

De acordo com o discurso governamental (ditatorial), os capitais externos eram vitais para o crescimento econômico interno. A questão central da defesa do endividamento externo como motor do crescimento baseava-se na idéia (ideologia) de que a economia brasileira necessitava de recursos externos (poupança externa) para sustentar um crescimento acelerado²⁷. Na realidade, conforme descrito no capítulo anterior, o crescimento da dívida externa dos países do então chamado Terceiro Mundo foi, pelo lado da demanda, a “grande contribuição para o crescimento do ‘cassino financeiro’ dos mercados de eurodólares” (Arrighi, 1996, p.322).

Com o objetivo de analisar a natureza do endividamento externo na década de 1970, Paulo Davidoff Cruz (1983) realiza um estudo do crescimento e da estatização da dívida externa brasileira, buscando identificar os principais determinantes que geraram esse crescimento. Para tanto, ele divide esta década em quatro períodos: 1969-73; 1974-76; 1977-78; e 1979-80.

²⁷ Delfim Netto em 1983: “As dívidas são feitas para o investimento, elas foram feitas para os investimentos grandes” (Dezelin, 1987, p.74). O mesmo Delfim Netto em 1985: “A dívida foi feita para pagar a conta do petróleo e os juros” (idem, p.79).

Durante o Governo Médici, de 1969 a 1974, ocorreu o “primeiro grande impulso da dívida externa brasileira, em sua história recente” (idem, p.60). Neste período, a dívida externa passa de 3,8 bilhões de dólares em 1968 para 12,6 bilhões em 1973 (idem,p.60), o que equivale a 11% do PIB no primeiro ano e 16,6 % do PIB em 1973 (Gonçalves e Pomar, 2000, p.11).

Não obstante a afirmação ideológica da estrutural necessidade de atração de capitais externos (poupança externa), Cruz (1983) demonstra que, no período de 1969 a 1973, “a contrapartida do significativo impulso sofrido pela dívida externa [deste período] deve ser buscada na esfera das relações financeiras da economia brasileira com o ‘resto do mundo’ e não na suposta necessidade de superar ‘constrangimentos’ do setor externo” (idem, p.63).

Ao contrário do propagado pelo discurso oficial, não havia “pelo lado do comércio de mercadorias, qualquer pressão indutora da tomada de capitais de empréstimo ao longo do ciclo expansivo” (idem,p.63), e pelo lado dos investimentos diretos externos e pagamentos de lucros e dividendos havia superávit. “De fato, no período de 1967 a 1973, a dívida externa bruta cresceu à taxa anual de 19,3%, enquanto o crescimento da dívida líquida foi de apenas 9,6% ao ano, resultando portanto uma expressiva acumulação de reservas” (Corrêa do Lago, 1992, p.278). Este acúmulo de reservas ocorreu não obstante algumas tentativas do governo de mantê-las a um nível confiável e constante.

Apesar da contratação de dívidas ser encarada como um caminho certo para o crescimento – segundo o discurso oficial do governo militar a partir dos anos 70 –, a possibilidade de restrição dos fluxos de recursos à economia brasileira não era completamente ignorada. No caso desta restrição ser temporária, “o ajustamento seria feito mediante o uso de reservas internacionais acumuladas pelo país... [e] em caso de uma interrupção mais duradoura, o ajustamento teria que ser feito via compressão de importações” (Cruz, 1984, p. 30). Visando minimizar estes riscos, o governo procura implementar uma “política de administração da dívida”, que apresentava várias medidas no sentido de evitar o acúmulo de reservas e minimizar a vulnerabilidade. Vale dizer que, para o governo, a grande entrada de recursos externos e o desempenho econômico do país na época eram reflexos da bem sucedida adoção da política de administração da dívida.

Uma primeira medida que o governo adota, em 1969, consistia na obrigatoriedade de anuência prévia do Banco Central para a contração de empréstimos externos. Outro passo no mesmo sentido, dado entre 1970 e 1971, foi restringir as operações com prazos considerados

muito curtos, o que foi viável justamente pela própria “extensão generalizada dos prazos praticados nas operações bancárias internacionais” (idem, p.32).

Estas medidas, no entanto, não foram capazes de conter o impulso do endividamento externo, de modo que as reservas internacionais cresceram substancialmente e este fato poderia gerar “dificuldades para a execução da política monetária e para o controle da inflação” (idem, p.32). Havia um conflito, portanto, entre a política do endividamento externo e a busca de conter a inflação. Diante desta preocupação, novas medidas foram tomadas visando reduzir o impulso do endividamento, como, por exemplo, a imposição de “prazos mínimos de amortizações cada vez mais longos” (idem, p.33). Porém, as tentativas de reduzir o crescimento das reservas internacionais gerado pelo endividamento externo superior ao “hiato de recursos” não tiveram nenhum resultado concreto, já que havia no mercado internacional de crédito um enorme volume de capital à procura de reprodução na esfera financeira. Mesmo adotando medidas na tentativa de frear o endividamento externo devido às suas conseqüências sobre as reservas internacionais e, desta forma, sobre o controle da inflação, verificou-se no período um crescimento das reservas.

Fica evidente, portanto, que no período de 1967 a 1973 “a análise da natureza e dos determinantes básicos do crescimento da dívida externa indica realmente que o aumento teve relativamente pouco a ver com o financiamento do crescimento” (Corrêa do Lago, 1992, p.279). Na realidade, o caráter do endividamento é predominantemente financeiro, ou seja, “a economia brasileira foi ‘capturada’, juntamente com várias outras economias, num movimento geral do capital financeiro internacional em busca de oportunidades de valorização” (Cruz, 1983, p.65). De fato, foi de 1968 em diante que a “acumulação de fundos líquidos se tornou realmente explosiva” (Arrighi, 1996, p.313).

Ao analisar o período de 1974 a 1976, Cruz destaca que este triênio, diferentemente do período de 1969 a 1973, “é marcado, antes de tudo, por fortes desequilíbrios do balanço comercial, que apresenta um déficit acumulado de 10,5 bilhões de dólares nos três anos considerados” (Cruz, 1983, p.65). O déficit na balança comercial deste período é reflexo, segundo este autor, da “dessimetria no comportamento da economia brasileira *vis a vis* o das principais economias nacionais” (idem, p.66). Em 1973, houve o primeiro choque do petróleo, que quadruplicou o preço deste produto. Juntamente a esse processo, e como conseqüência dele, assistiu-se a uma crescente recessão mundial, que resultou numa “clara deterioração dos termos

de intercâmbio e uma queda no ritmo de crescimento do volume de exportação pela economia brasileira” (idem, p.66).

Frente ao constante crescimento das reservas do período anterior, o governo realiza mais uma série de manobras com a finalidade de frear a entrada de recursos externos e, conseqüentemente, reduzir o crescimento das reservas. Após algumas medidas menos eficazes, em 1972 o governo fixa o depósito compulsório sobre os empréstimos externos em 40%, o que de fato gerou uma redução no fluxo de entrada de empréstimos externos e, simultaneamente, no ritmo de crescimento das reservas. Essa redução no endividamento, contudo, foi meramente momentânea. A retórica desenvolvimentista do governo brasileiro e sua “resposta” à primeira crise do petróleo vieram aprofundar ainda mais a dívida externa brasileira.

“Na visão das autoridades governamentais, a economia brasileira... deveria responder à crise através do crescimento acelerado, resguardado um relativo controle sobre a inflação e sobre o balanço de pagamentos” (Cruz, 1984, p.37-38). Este crescimento seria orientado àqueles setores onde o processo de substituição de importações não havia sido completo; este é o papel fundamental do II Programa Nacional de Desenvolvimento²⁸. A poupança externa volta a ser, então, “necessária” e, sendo assim, o “endividamento externo estava na própria lógica do processo” (idem, p.39). Com efeito, “os créditos abundantes foram vistos como presentes dos céus” (Kucinski e Brandford, 1987, p.153).

Mesmo diante de sinais claros de crise, o Brasil apresentava taxas elevadas de crescimento, em grande medida sustentadas pelos investimentos públicos, principalmente relacionados ao II PND. Com o objetivo de concluir o processo de substituição de exportações, o governo anuncia o II PND e a fonte de financiamento para levar adiante o projeto seria o endividamento externo, facilitando a “captação de capitais estrangeiros para investimento em áreas como energia, siderurgia e transporte” (Gonçalves e Pomar, 2000, p.11). O crescimento sustentado mediante a contração pública de dívidas externas, “dados o coeficiente de importação de bens intermediários e de capital e a elevação de seus preços no mercado internacional”, contribuiu significativamente para crescimento do déficit comercial do período. Ao acrescentar o

²⁸ O I PND foi formulado para os anos de 1972-74. O II PND, cujo impacto sobre a dívida foi mais relevante, foi aprovado em 06 de dezembro de 1974 e consistia num “ambicioso programa centrado em grandes projetos de insumos básicos e de infra-estrutura que, [segundo o governo], criando demanda ampliada para o setor de bens de capital, colocaria a economia brasileira, já ao final da década dos setenta, no rol das economias capitalistas plenamente desenvolvidas” (Cruz, 1984, p.38).

déficit na conta de serviços produtivos, gera a necessidade de empréstimos de algo em torno de 11,8 bilhões de dólares no triênio.

Não obstante a necessidade de capitais externos para financiar a conta comercial e de serviços no triênio de 1974-1976, outro fator fundamental no crescimento da dívida deste segundo período é o forte impacto do custo da dívida anterior sobre a conta financeira. Somente de pagamento de juros vencidos, foram pagos 4 bilhões de dólares, o que corresponde a um acréscimo 300% superior em relação à média do quinquênio anterior (1969-73), reflexo de, por um lado, o próprio crescimento do estoque da dívida e, por outro, do início do aumento das taxas internacionais de juros.

Segundo Carneiro “o vertiginoso crescimento da dívida externa [a partir de 1974] foi o resultado da política de longo prazo adotada” (1992, p.310). A política econômica levada a cabo pelos militares da época tinha como pano de fundo a crença de que as “adversidades externas” tinham caráter essencialmente conjuntural, de forma que, passada a turbulência do choque do petróleo, o desenvolvimento nacional seguiria seu caminho ascendente. Com efeito, o segundo período de crescimento da dívida externa é marcado pelo crescimento do déficit comercial e de serviços produtivos, pelo pagamento de juros da dívida externa anteriormente contraída e pelas políticas de crescimento com endividamento associadas ao II PND, tudo isso conjuntamente ao início da recessão mundial. As inversões estatais baseadas no endividamento externo foram facilitadas em 1972, ano em que se tornou “possível a colocação de títulos (*bonds*) do governo brasileiro no exterior, inicialmente na Alemanha e depois nos EUA, alcançando-se um mercado antes inacessível” (Corrêa do Lago, 1992, p.279).

O aumento do preço do petróleo em 1973 e o excesso de liquidez interna real gerado pelo aumento anterior das reservas levaram a um forte déficit na balança comercial, que por sua vez seria contrabalançado no balanço de pagamentos via dívida externa. Neste sentido, o governo anuncia “novas medidas visando facilitar e estimular a captação de recursos externos” (Cruz, 1984, p.41). Ainda assim, em 1974, houve um déficit no balanço de pagamentos que gerou uma queda das reversas internacionais em 1,1 bilhão de dólares, passando de 6,4 para 5,3 bilhões de dólares. Não obstante as medidas tomadas durante 1975, o balanço de pagamentos voltou a apresentar um déficit ao final deste ano da ordem de um bilhão de dólares, levando as reservas internacionais a 4,0 bilhões de dólares (*idem*, p.46).

Diante da preocupante queda das reservas internacionais, “que eram apresentadas como o ‘cartão de visita’ das contas externas brasileiras” (idem, p.46), em 1976 o governo começa a implementar políticas restritivas com o principal objetivo de reduzir o nível das importações. O resultado das políticas restritivas adotadas em 1976, além de significar “o golpe de misericórdia no projeto do Brasil-potência consubstanciado no II PND” (idem, p. 49), levou ao que ficou conhecido como “ciranda financeira” e à estatização da dívida externa:

“O abandono da ‘estratégia desenvolvimentista’ e a prevalência das políticas restritivas tiveram, por sua vez, importantes desdobramentos ao longo do período. Em primeiro lugar, a busca do equilíbrio na balança comercial combinada com os fortes estímulos à captação pública e privada de recursos externos – num momento de novo transbordamento do euromercado – implicava persistente crescimento das reservas internacionais. Tal resultado, perseguido deliberadamente pelas autoridades governamentais nos marcos da ‘política de administração da dívida’, acarretava, contudo, forte pressão expansionista sobre a oferta monetária. A tentativa de neutralização desse efeito, via colocação massiva de títulos da dívida pública, elevava o piso e, a partir daí, todo o espectro de taxas de juros. A elevação sistemática da taxa de juros constituía, por sua parte, importante conduto de realimentação inflacionária. Em meio a esse processo aumentavam as pressões por crédito subsidiado que, uma vez concedido, constituía nova fonte de expansão monetária. Em segundo lugar, e ainda como parte do mesmo processo, as políticas restritivas davam... um forte impulso à tendência de ‘estatização da dívida externa brasileira’” (idem, p.50).

A “estatização” da dívida externa brasileira é um fator fundamental deste período²⁹. É justamente em 1975 “que tem início a trajetória de estatização dos empréstimos em moeda” (Cruz, 1983, p.96). As políticas restritivas levadas a cabo neste ano, por um lado inibiram a captação privada de recursos no mercado financeiro internacional e, por outro, induziram as empresas estatais a contraírem grande volume de empréstimos externos visando o ajuste do balanço de pagamentos.

“Neste processo, o uso dos diferentes instrumentos de contenção monetária, inclusive da dívida interna, significava, em última instância, que o financiamento dos grandes projetos públicos se fazia mediante a mobilização de recursos domésticos numa triangulação que

²⁹ Em 1972, cerca de 75% da dívida externa era privada, enquanto 25% era pública; em 1980, essa relação mais que se inverteu, sendo que 76,6% do total da dívida se tornou pública e apenas 23,4 era privada (idem, p.78).

era justificada como desejável face aos ‘objetivos maiores’ do front externo e à necessidade de restaurar a credibilidade externa do país mediante o acúmulo de reservas cambiais e a melhoria do perfil da dívida” (Cruz, 1984, p.51).

O terceiro período analisado por Davidoff Cruz abarca os anos de 1977 e 1978 e reafirma o caráter financeiro do endividamento. “Nesses dois anos, a dívida bruta cresce a uma taxa média da ordem de 30% ao ano” (1983, p.68), mesmo diante de um quadro de relativa estabilização das atividades comerciais brasileiras com o que ele denomina de “resto do mundo”. A balança comercial, ao longo de 1977, teve um resultado favorável devido, sobretudo, à “elevação dos preços internacionais de dois importantes produtos de exportação do país: café e soja” (Cruz, 1984, p.56).

Houve, no período, uma pressão para entrada de capital de empréstimo da ordem de 2,7 bilhões de dólares, enquanto que a contratação líquida de capitais de empréstimos efetivamente realizada foi de 13,5 bilhões de dólares. Desta forma, esse “comportamento do endividamento externo no biênio tem por substrato a expansão significativa da liquidez internacional ocorrida no período 1976-78” (Cruz, 1983, p.69). Ao mesmo tempo, “a farta disponibilidade de crédito no euromercado teve como contraponto, no caso brasileiro, uma política econômica francamente estimuladora do aprofundamento da dívida” (idem, p.69).

A partir de 1977, o governo procura conter a inflação e promove “uma política monetária mais restritiva, com desaceleração dos meios de pagamentos e dos empréstimos ao setor privado” (Carneiro, 1992, p.307). Entretanto, a pressão da liquidez internacional de capitais – leia-se a fase de expansão financeira do CSA norte-americano – é tão forte que, “a partir do início de 1978... a política econômica de curto prazo passa assim ao serviço da continuidade do processo de distensão, privilegiando a acumulação de reservas” (idem, p.308). “A despeito das medidas restritivas de meados [deste] ano, [as reservas] continuavam a crescer aceleradamente... atingindo um patamar superior àquele previsto pelas autoridades governamentais” (Cruz, 1984, p. 63-64). A venda de letras do Tesouro como forma de neutralizar o efeito expansionista gerava um aumento das taxas de juros, que por sua vez conduziriam a maiores tomadas de recursos externos, “o que resultava na realimentação de todo o processo” (idem, p.64).

A iminente “ruína financeira comum do governo e do empresariado norte-americano” levou o governo dos Estados Unidos, em 1978, a “forjar uma nova ‘aliança memorável’ entre o poder do Estado e o capital, [na qual] a frouxidão das políticas monetárias norte-americanas que

caracterizara toda a era da Guerra Fria cedeu lugar a um rigor sem precedentes” (Arrighi, 1996, p.325). Os efeitos das políticas norte-americanas são imediatamente sentidos no Brasil.

Já na metade de 1978, a balança comercial brasileira mostra-se numa tendência deficitária e, paralelamente, “a conta de serviços começava a sofrer o forte impacto da elevação da taxa de juros no mercado financeiro internacional” (Cruz, 1984, p.68). Após o segundo choque do petróleo, em 1979, a situação da balança comercial volta a apresentar um importante déficit acumulado. Estes resultados fizeram com que o último período analisado por Davidoff Cruz, de 1979 a 1980, seja “marcado pela volta a uma situação de desequilíbrios no balanço comercial” (1983, p. 70). Entretanto, “o dado novo do período é o impacto explosivo que o custo da dívida tem sobre os desequilíbrios globais (idem, p.70), o expressivo aumento do custo da dívida resultante da elevação das taxas de juros praticadas no mercado financeiro internacional. “A *LIBOR* [Taxa de Oferta Bancária Interbancária Londrina] de seis meses, por exemplo, que apresentou um valor médio de 9,9% a.a. no biênio 1977-78, atinge um valor médio de 14,4% em 1979 e de 16,8% em 1980” (idem, p70). A taxa norte-americana, *prime-rate*, sai de 6% a.a. em 1976, vai para 12% em 1979 e em 1980 já está em 20% (Cerqueira, 1997, p.141).

A consequência imediata estritamente em relação ao balanço de pagamentos foi um saldo negativo da conta financeira, pela primeira vez na história recente da dívida externa. Entraram 9,2 bilhões de dólares líquidos e foi pago em juros o montante de 10,5 bilhões de dólares. “Como consequência, o fechamento das contas externas só pode ser realizado via queima de reservas internacionais e mediante a contratação de empréstimos de curto prazo e de custos ainda mais elevados do que aqueles prevalentes no mercado internacional!” (Cruz, 1984, p.25).

Em suma, durante a década de setenta, a dívida externa cresceu mais de 1000%, partindo de 5,3 bilhões de dólares em 1970 para chegar a 53,9 bilhões em 1980. A principal conclusão que Davidoff Cruz chega em sua análise acerca da natureza do endividamento nesta década é que

“o intenso processo de endividamento experimentado pela economia brasileira a partir do final dos anos sessenta reflete, antes de tudo, as transformações ocorridas a nível internacional com o nascimento e rápido crescimento do euromercado de moedas. O que há de peculiar neste processo é a forma de inserção e a magnitude assumidas pela dívida externa no conjunto das relações da economia brasileira com o ‘resto do mundo’” (Cruz, 1983, p.95).

Conforme o exposto no capítulo anterior, a expansão do mercado de eurodólares, a ascensão da taxa de juros norte-americana e o impacto desta elevação na dívida externa da América Latina podem ser considerados como sintomas da fase de expansão financeira do CSA norte-americano. A elevação dos juros nos EUA foi resultado da política do governo norte-americano em sua tentativa de manter o poder do dólar como moeda mundial, restabelecer o controle da moeda em Washington e dar novo fôlego à sua hegemonia em declínio.

Em comparação com autores que acreditam que “na origem da atual crise [da dívida] está o aumento do preço do petróleo, primeiro em fins 1973 e depois em 1979” (Resende, 1982, p.41), o estudo e a conclusão de Davidoff Cruz constitui, sem dúvida alguma, uma das mais lúcidas interpretações e um enorme avanço à real compreensão do importante fenômeno que é a dívida externa. Contudo, conforme demonstrado por Arrighi (1996), ao estender o horizonte temporal de análise, abarcando todo percurso do capitalismo histórico, e ao ter em mente o caráter fundamental do capitalismo, a saber, sua constante flexibilidade na busca pela incessante acumulação de capital na maior escala possível, é possível perceber que aquelas transformações às quais se refere Cruz são sintomas de uma fase específica de ciclos característicos do próprio capitalismo.

4.1.1. A CRISE DA DÍVIDA E A “SAÍDA” EXPORTADORA

Ainda segundo Cruz, “as políticas monetárias ortodoxas [dos países centrais]... [impactaram] negativamente a conta financeira das economias endividadas” (idem, p.71). Isto sem dúvida é um eufemismo. O pagamento da dívida, na verdade, passa a ser o condicionante principal e direto de todas políticas macroeconômicas relevantes a partir dos anos 80. “Assim como o excesso de crédito promoveu o endividamento da América Latina, o esgotamento súbito desse crédito precipitou a crise final” (Kucinski e Brandford, 1987, p. 199).

“La declinación de los préstamos bancarios desencadenó una serie de acontecimientos que, al término de la década [de los 80], llevaría a un nuevo modelo de desarrollo guiado por las exportaciones en la mayoría de las repúblicas. El paso a una nueva trayectoria *no*

fue indoloro, y distó mucho de completarse aun en aquellos países que estuvieran dispuestos a poner en práctica los programas más radicales de reforma” (Bulmer-Thomas, 2009, p. 424).

Após a crise da dívida, “o mesmo cardápio de austeridade orçamentária, desvalorização, liberalização do comércio e privatizações é aplicado simultaneamente em mais de cem países devedores” (Chossusdovsky, 1999, p.28). No Brasil não foi diferente:

“Ao contrário do que se seguiu ao primeiro choque [do petróleo, em 1973], em meados de 1980 foram sentidos os primeiros sinais de escassez de financiamento externo... Do final de 1980 a meados de 1984, as linhas gerais de política macroeconômica passaram a ser ditadas pela disponibilidade de financiamento externo” (Carneiro e Modiano, 1992, p.323).

Na verdade, a política econômica brasileira na década de setenta também foi ditada pela disponibilidade de financiamento externo, mas não pela falta deste financiamento, como ocorre a partir de 1980, e sim pela sua abundância. Neste sentido, o vertiginoso crescimento da dívida externa na década de setenta, ao contrário do alardeado pelas autoridades governamentais da época, deve-se mais à enorme oferta de dólares na economia mundial – consequência da expansão financeira do CSA norte-americano – do que às decisões políticas internas.

A partir de 1981, “a política macroeconômica... foi basicamente direcionada para a redução das necessidades de divisas estrangeiras através do controle da absorção interna” (idem, p.324-325). Era preciso, segundo o governo, reduzir a demanda interna e as importações e estimular as atividades exportadoras. A recessão e a exportação aparecem como a solução³⁰.

“Implementada em função da forte pressão exercida pelos credores internacionais” (Cruz, 1984, p.26), a política de recessão se baseava na contenção dos salários, controle dos gastos governamentais, elevação da taxa de juros e, é claro, “sem abrir mão do tratamento especial dado às atividades de exportação” (Carneiro e Modiano, 1992, p.325). Em 1981, “o efeito das políticas restritivas de demanda na taxa de inflação foi praticamente nulo... [enquanto

³⁰ Apenas para mencionar novamente o caráter estrutural da “solução exportadora”, vale lembrar que outros autores, como Rui Mauro Marini, também chegaram a esta noção, porém por caminhos completamente diferentes. Ao elaborar uma teoria marxista da dependência, Marini adverte que na América Latina “a exportação de manufaturas tanto de bens essenciais como de produtos suntuários se converte na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afetam” (2000, p.150).

que] verificou-se uma reversão significativa na balança comercial” (idem, p.326-327), que obteve um superávit superior a um bilhão de dólares. Ainda assim, a dívida externa passou de 53,9 bilhões de dólares em 1980 para 61,4 em 1981. Sendo assim, “o acréscimo da dívida destinou-se, exclusivamente, à cobertura dos juros vencidos no ano, evidenciando seu caráter estritamente financeiro” (Cruz, 1984, p.26).

O ano de 1982 não foi tão feliz para as exportações. Mesmo com uma queda de nos gastos de importação de mais de 2,6 bilhões de dólares, o superávit na balança comercial caiu 500 milhões de dólares. Enquanto isso, apenas para pagamento de juros o país desembolsou 2,2 bilhões de dólares. Em 1982, a dívida externa total aumentou cerca de 8,5 bilhões, chegando a 70,2 bilhões de dólares (Cerqueira, 1997). “Apesar do enorme esforço, os dólares gerados pelas exportações não foram suficientes para pagar os juros da dívida” (Kucinski e Brandford, 1987, 31). Como em toda a América Latina, o Brasil passa a viver “o pior dos mundos: uma economia abalada pelo esforço exigido para a gigantesca transferência de dólares, e uma dívida externa ainda maior do que antes” (idem, p.31).

Após a moratória do México, em agosto de 1982³¹, o Brasil recorre aos empréstimos-ponte, de prazos extremamente curtos. Frente à quase impossibilidade de rolagem da dívida, o governo realiza seu próprio pacote de medidas restritivas, visando atrair os capitais externos necessários. É lançado, então, o Programa para o Setor Externo em 1983. O conteúdo básico do Programa consistia em aumentar as exportações, e diminuir as importações. “El aspecto central de las proyecciones era el compromiso del Brasil generar un superávit sin precedente de 6 mil millones de dólares en su balanza comercial y de asegurar una reducción también sin precedente de más de 50% en su déficit de cuenta corriente en 1983” (Batista Jr., 1987, p.84). “Apesar dos desmentidos oficiais, era óbvio que o programa seria a base para um acordo com o FMI” (Carneiro e Modiano, 1992, p.329). Em janeiro de 1983, o governo brasileiro submeteu a primeira carta de intenções ao FMI.

“O programa de ajuste acertado com o FMI visava, a médio e longo prazos, alterar o padrão de desenvolvimento e modificar a forma de inserção do Brasil na economia mundial. *De imediato, para honrar o serviço da dívida, tratava-se de gerar megasuperávits comerciais*” (Gonçalves e Pomar, 2000, p. 16, grifo nosso).

Apesar de que a atividade exportadora ser gerada por investimentos privados, é preciso lembrar que o Estado tem um papel fundamental no estímulo deste setor, que é realizado mediante renúncias fiscais, subsídios, etc., de maneira que toda população paga por esta política.

O objetivo de curto prazo de fato foi atingido, enquanto o ajuste estrutural viria mais tarde:

“o ajustamento externo da economia brasileira, conduzido no período 1981-84, foi bem sucedido, no estrito senso de geração de vultuosos superávits comerciais e do reequilíbrio da conta corrente do balanço de pagamentos em períodos relativamente curto. O ajuste externo, configurava, porém, um ‘ajuste estrutural’ muito limitado” (Carneiro e Modiano, 1992, p.343).

A atenção das políticas deste período foi completamente voltada ao pagamento da dívida, ou melhor, às exigências dos credores internacionais sob supervisão do FMI³², enquanto que “os desequilíbrios internos, e notadamente as elevadas taxas de inflação, foram tratados em todo esse período com excessiva tolerância ou complacência passiva” (idem, p. 344).

A partir da segunda metade da década de 80, o combate à inflação entra no foco das políticas econômicas, e não foi por mero acaso:

“el crecimiento de la tasa de la inflación (230% en 1985) y el aumento de la deuda pública han hecho pensar a más de un analista financiero hasta cuándo el Brasil podrá seguir sin tener que plantearse la cuestión de cómo financiar el pago de su deuda sin inflación” (Silva, 1987, p.97-98).

É imprescindível ter em mente, além disto, que foram “as medidas impostas pelo FMI [que] impulsionaram a inflação de várias formas” (Kucinski e Brandford, 1987, p.39). As desvalorizações cambiais, por um lado, aumentavam consideravelmente o custo dos bens e

³¹ Um mera curiosidade: a primeira reunião dos negociadores mexicanos – chefiados pelo então Ministro das Finanças do México, Silvio Herzog – com Reagan, no prédio do Tesouro norte-americano, ocorreu na sexta-feira 13 daquele mês (Delamaide, 1984).

³² “O FMI deixou bem para trás, se é que alguma vez a exerceu efetivamente, sua função de protagonista e regulador do sistema monetário internacional. Em compensação, mantém firme sua atuação de vigilância e condicionamento das políticas econômicas dos países deficitários e, especialmente, dos subdesenvolvidos” (Lichtensztein e Baer, 1986, p. 37).

matérias-primas importados, com vistas à estimular as exportações; por outro, “agravavam o já alto custo social do serviço da dívida porque aumentaram o volume de mercadorias que teriam que ser produzidas, desviadas do consumo doméstico e exportadas” (idem, p.39).

Diversos planos de contenção de inflação foram implementados (Planos Cruzado, em 1986; Cruzadinho, 1986; Cruzado II, 1987; Plano Bresser, 1987; e Plano Verão, em 1989). Entretanto, “apesar da ênfase da política econômica no combate à inflação, a taxa anual de inflação quadruplicou entre o início de 1985 e o final do ano de 1988” (Modiano, 1992, p. 382).

Juntamente com os programas de combate à inflação, o governo manteve as negociações com os credores privados e com o FMI. Desde o início das políticas recessivas e do esforço exportador, em 1983, até 1990, o país acumulou um superávit comercial de cerca de 80 bilhões de dólares, porém pagou apenas de amortização do principal e juros da dívida externa um montante de 76,7 bilhões, o que não deixou margem para um acúmulo de reservas significativo. Neste mesmo período, por duas vezes o governo, apesar de toda política voltada ao pagamento da dívida, não teve escolha senão decretar moratória.

A primeira vez em que o governo decidiu “suspender por tempo indeterminado os pagamentos de juros da dívida externa aos bancos privados” (idem, p.365) foi no final de fevereiro de 1987. Devido ao saldo negativo da balança comercial ocorrido no final de 1986, “as reservas haviam baixado para pouco mais de 3 bilhões de dólares, o equivalente a menos de três meses de importação” (Gonçalves e Pomar, 2000, p.17). A moratória, claro, durou pouco. Em janeiro de 1988 o governo a suspende e neste mesmo ano continua negociando um acordo junto ao FMI e aos credores externos. Em 1989, mesmo com um superávit comercial de 16 bilhões de dólares, o país suspende novamente parte do pagamento de juros ao exterior com o objetivo de manter as reservas.

O próximo programa de combate à inflação foi implementado “pelo primeiro presidente a ser ‘eleito democraticamente’, [que] marcou o fim da ditadura militar, bem como a transição para uma nova ‘democracia autoritária’ sob o controle direto dos credores e das instituições financeiras internacionais sediadas em Washington” (Chossusdovsky, 1999, p.170).

“Los acreedores dejaron claro que solo darían su cooperación a cambio de disciplina macroeconómica y reforma de la política económica. Las reprogramación del pago de la deuda, junto con la perspectiva de nuevos préstamos, se condicionaran, por lo tanto, a un acuerdo con el FMI – y a menudo también con el Banco Mundial... Se adoptaran

programas de estabilización y ajuste bajo la mirada vigilante del FMI y del Banco Mundial, en un esfuerzo por establecer las condiciones... que hicieran posible el pago de la deuda” (Bulmer-Thomas, 2003, p.430).

A partir de então, assim como em toda América Latina, o Brasil, embora “atrasado” (Rampinelli, 2001, p.24), inicia seu mergulho ao neoliberalismo³³, guiado pelo Consenso de Washington, cujas principais recomendações são no sentido da desregulamentação dos mercados, abertura comercial, privatizações das empresas estatais, flexibilizações das leis trabalhistas, disciplina fiscal, liberalização financeira e eliminação das restrições ao capital externo (Ferreira, 2001, p.29). Esse processo tem profunda relação com o endividamento externo:

“a criação de condições para servir o máximo possível da dívida externa traçou direções muito precisas a essas mudanças, abrindo caminho – da maneira mais dolorosa possível – aos processos de abertura, privatização e liberalização que se impuseram na grande maioria dos países da América Latina” (Estay R., 2000, p.51).

O endividamento externo, por sua vez, tem profunda relação com a fase de expansão financeira dos CSA elaborados por Arrighi (1996). Com o objetivo de reforçar a compreensão desta relação, cabe agora visitar rapidamente o final do século XIX e início do século XX, quando se dá a fase de expansão financeira do CSA britânico, observando apenas os aspectos mais relevantes e focando nos impactos desta fase sobre a dívida externa no Brasil e as respectivas políticas condicionadas ao seu pagamento.

³³ “O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O caminho da Servidão, de Friedich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (Anderson, 1995, p.09).

4.2. BREVE VISITA À EXPANSÃO FINANCEIRA DO CSA BRITÂNICO E SEU IMPACTO NO BRASIL

O final do século XIX assistiu a um impulso do capital financeiro sem precedentes até então, levando algumas interpretações da época a identificar este período “como o estágio do ‘capital financeiro’” (Arrighi, 1996, p.166). Segundo Arrighi, no entanto, aquele impulso era fruto da “fase (DM) de expansão material do século XIX, a partir mais ou menos de 1870, [que] terminou numa fase (MD’) de expansão financeira” (idem, p.166).

“Mais especificamente, a grande expansão do comércio mundial de meados do século XIX, como todas as fases de expansão material dos ciclos sistêmicos de acumulação anteriores, tinha levado a uma intensificação sistêmica de pressões competitivas sobre as atividades de acumulação de capital” (idem, p.168).

Desta forma, houve uma escalada das lutas competitivas entre os agentes capitalistas, pressionando cada vez mais as taxas de lucros para uma queda. Esta pressão característica da “fase de expansão material associou-se, desde o início, a uma grande guinada do comércio e da produção para as finanças, por parte da classe capitalista britânica” (idem, p.169). A partir desta abordagem, que é a base do presente trabalho, a “expansão financeira do fim do século XIX [é entendida] como fase final do terceiro ciclo sistêmico de acumulação (britânico)” (idem, p.167). Um característica fundamental desta fase de expansão financeira britânica foi justamente “a exportação de capital da Grã Bretanha” em grandes levas (idem, p.169). Além disto, houve também “uma expansão das redes bancárias provinciais britânicas” (idem, p.169).

Estas redes bancárias provinciais, enquanto havia lucros crescentes na esfera produtiva, tinha como principal função a transferência de capitais de empresas com excesso de liquidez para aquelas atividades com escassez de capital. Na medida em que os lucros tornam-se cada vez mais baixos no âmbito produtivo, as empresas comerciais passam a preferir “manter líquidas ao menos parte de seu capital e deixar que a City, através dos bancos provinciais ou diretamente por seus corretores, cuidasse de investi-lo, sob qualquer local da economia mundial que promettesse os rendimentos mais seguros e mais altos” (idem, p.170). Para tanto, nada como os países onde os capitais de empréstimo estrangeiro eram sempre bem-vindos:

“Dadas las dificultades para movilizar recursos nacionales hacia la acumulación de capital, no es sorprendente que todos los gobiernos [de la América Latina] recurrieran a los extranjeros como fuente de financiamiento adicional” (Bulmer-Thomas, 2003, p.126).

Apesar de que a idéia de “necessidade de capitais” para acumulação interna de capital tenha como pano de fundo a teoria da dotação de fatores e seja contundentemente questionada³⁴, é possível partir daí – evidenciando conjuntamente o caráter ideológico desta idéia – para demonstrar como a América Latina, e em especial o Brasil, foi um porto seguro para a reprodução ampliada do capital mundial na esfera financeira também na fase de expansão financeira do CSA britânico. O próprio autor citado acima, ao observar a utilização posterior da dívida contraída, conclui que “la aportación de la inversión extranjera (*incluyendo la inversión de bonos*) al financiamiento de la acumulación de capital no fuera tan decisiva como a menudo se ha supuesto” (idem, p.132, grifo nosso).

A partir de 1870, vários governos latino-americanos, com destaque para a Argentina, o Brasil, o Chile, o México e o Uruguai, emitiram regularmente bônus de dívida externa nos mercados estrangeiros como forma de alimentar os gastos governamentais. Tendo em vista a necessidade de acumulação do capital em sua forma líquida, característica da fase de expansão financeira, “las emisiones de bonos de estos países fueron en general bien recibidas... y los ingleses fueron, con mucho, los más importantes compradores... [Además], las condiciones relacionadas con el financiamiento de las emisiones no eran muy rigurosas” (idem, p.127).

Assim como na fase de expansão financeira posterior, no CSA norte-americano, havia uma oferta abundante de capitais da potência hegemônica em declínio disposta a se reproduzir na esfera financeira e, por conseguinte, disponível para empréstimo aos países periféricos/semi-periféricos.

Segundo Franco (1992, p.11), no Brasil, a primeira década após a proclamação da República em 1889 foi marcada por duas ordens de dificuldades: “a primeira estava relacionada ao fim da escravatura e à maciça entrada de imigrantes ao longo da década de 1890, e a segunda, ao extraordinário florescimento das relações financeiras do Brasil com o exterior”. Novamente, de maneira análoga ao desenvolvimento de um sistema financeiro no Brasil no início da fase de

³⁴ “Diz-se que as inversões diretas são necessárias pela insuficiência de capital gerado internamente. A realidade desmente rotundamente essa afirmação. O capital estrangeiro, ainda no setor que concorre, costuma provir majoritariamente de créditos que procedem da poupança interna” (Perdia e Narvaja, 1986, 41).

expansão financeira do CSA norte-americano, no período em questão, que abarca a fase de expansão financeira do CSA britânico, houve um processo interno de “adequação” às necessidades do grande capital mundial em manter sua acumulação, que havia saído da esfera produtiva e, dada sua flexibilidade, migrado à esfera financeira. Ao passar rapidamente a vista sobre as políticas econômicas desta primeira década, é possível perceber, ainda que de forma muito superficial, alguns impactos do início da expansão financeira deste CSA sobre a dívida externa e as conseqüentes políticas econômicas condicionadas à solvência desta dívida.

Conforme já colocado, a fase de expansão financeira do CSA britânico tem início por volta da década de 70 do século XIX e termina após a década de 1930, quando este ciclo cede espaço ao CSA norte-americano. No Brasil, haveria no mesmo período uma “inserção” no mercado financeiro mundial, segundo Franco, e “o valor da dívida externa federal, por exemplo, cresceria de 30,9 milhões de libras em 1890 para 44,2 milhões, mas em 1913 atingiria a cifra de 144,3 milhões de libras” (1992, p.12).

Devido à entrada de capitais de empréstimos e à exportação cafeeira, “ao longo de 1888... a taxa de câmbio havia se apreciado até a tão perseguida paridade de 1846” (idem, p.19), o que possibilitou a adoção, em junho de 1889, da emissão conversível, ou melhor, o retorno ao padrão-ouro. A convertibilidade, no entanto, duraria pouco. Em 15 de novembro deste ano é proclamada a república e o primeiro ministro da Fazenda da república, Rui Barbosa, inicia um processo de emissões inconvertíveis, com o objetivo de suprir a oferta de moeda considerada insuficiente, que ficou conhecido posteriormente como “Encilhamento”.

As grandes emissões realizadas pelos bancos recém criados com este objetivo levariam a uma crescente especulação. A saída de Rui Barbosa da Fazenda, no começo de 1891, não resolveria a situação, de modo que crescimento da oferta de papel-moeda se manteve. O alta oferta de moeda, por sua vez, levou a “uma queda inusitada da taxa de câmbio, que terminaria o ano em torno de 12 pence por mil réis” (idem, p. 23) em comparação com a taxa de 27 pence por mil réis em 1888. Além da oferta abundante de moeda, segundo Franco, as “influências ‘exógenas’ ligadas aos efeitos sobre as entradas de capital no Brasil do colapso da casa Baring Brothers em Londres, em outubro de 1890, e da moratória Argentina, [também] teriam grande influência sobre o mercado de câmbio no Brasil em 1891” (idem, p. 23).

Após a crise de 1891, “o déficit orçamentário cresceria de forma significativa..., sendo particularmente preocupante a evolução das contas de despesas vis-à-vis de receita do governo

denominadas em moeda estrangeira” (idem, p.25). Neste contexto, começam os pedidos de capital por parte do Brasil aos grandes financistas internacionais:

“Já em 1894, o ministro da Fazenda [Rodrigues Alves] indaga aos Rothschild sobre ‘algum arranjo financeiro’ destinado a prover recursos para o serviço da dívida externa e evitar pressões sobre a taxa de câmbio... Em um longa carta de 15 de janeiro, os banqueiros começam a explicar o que em nossos dias recebe o nome de condicionalidade: ‘seria impossível para nós tentar colocar um grande empréstimo brasileiro, exceto se medidas forem tomadas ao mesmo tempo para se elevar as receitas e reduzir as despesas do Brasil’” (idem, p.25).

Uma das propostas dos banqueiros era o arrendamento da Cia. Estrada de Ferro Central do Brasil, contra a qual o governo resistiu³⁵. Após três anos de dificuldades cambiais e de pagamento, “um plano de refinanciamento de pagamentos é finalmente acordado entre o governo brasileiro e a Casa Rothschild, através do qual seria emitido o chamado *funding loan*” (idem, p.27).

A idéia do plano era basicamente “rolar compromissos externos, vale dizer, o serviço da dívida pública externa e algumas garantias de juros, em troca de severas medidas de saneamento fiscal e monetário” (idem, p.27). O refinanciamento da dívida externa levava consigo a necessidade de que “o governo agisse de forma firme e decisiva no terreno monetário e fiscal” (idem, p. 27). Era preciso, portanto, reduzir o papel-moeda em circulação; “a consequência mais imediata dessa política seria a avalanche de falências bancárias ocorridas em 1900” (idem, p. 28).

O programa do *funding loan* logrou uma leve apreciação cambial, porém não devido à contração monetária e sim “graças à extraordinária recuperação das exportações observada em 1899, para a qual a borracha contribuiu significamente” (idem, p.28). A partir da adoção do programa conservador, “observa-se uma revitalização das entradas de capital” no país (idem, p.28).

Qualquer semelhança entre estes acontecimentos e os processos de “ajuste” levados a cabo no Brasil – como na maioria da América Latina e dos países devedores – a partir dos anos

³⁵ “La frustración causada por los continuos incumplimientos de muchos países hizo que los tenedores de bonos presionaran para que los gobiernos [latino-americanos] asignaran ciertos impuestos (por lo general de la aduana), para el servicio de la deuda. En un caso extremo (Perú) los accionistas británicos establecieron la Peruvian Corporation, que condonó los bonos más importantes a cambio de varias empresas propiedad del Estado” (Bulmer-Thomas, 2003, p.129).

80 do século XX pode não ser mera coincidência. Tais semelhanças indicam uma tendência característica das fases de expansão financeira dos CSA. O excesso de liquidez do capital mundial, o aumento da dívida externa, a súbita contração dos empréstimos e os “ajustes” levados a cabo a fim de manter o pagamento da dívida e o fluxo de capitais podem ser sintomas específicos dos impactos, na América Latina, das fases de expansão financeira dos CSA. A análise desenvolvida neste trabalho é um primeiro passo na verificação mais profunda da verdadeira relação entre os fenômenos em questão. Um primeiro caminho para um estudo mais consistente é a movimentação espacial dentro da região em foco, comparando as conjunturas internas de cada país com base nas transformações da unidade de análise principal, ou seja, da economia-mundo capitalista como sistema social histórico.

CAPÍTULO V

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno do crescimento da dívida externa dos países da América Latina na década de setenta, de acordo com o que foi exposto neste trabalho, não pode ser compreendido como uma exceção num momento excepcional; muito além disto, tal fenômeno é o efeito de um movimento cíclico da economia mundial capitalista. Mais precisamente, ao adotar o conceito de Ciclos Sistêmicos de Acumulação – junto de todo arcabouço teórico que o envolve –, o presente estudo interpretou a vertiginosa expansão, na década de setenta, da dívida externa nos países daquela região como um efeito da fase de expansão financeira do Ciclo Sistêmico de Acumulação norte-americano.

Em tais fases, o capital procura na esfera financeira a acumulação na maior escala possível, pois a esfera produtiva não mais atende à sua necessidade de reprodução ampliada devido às contradições do próprio regime de acumulação vigente, que forçam a queda nos lucros. A partir de 1968, as contradições do regime de acumulação norte-americano tornam-se insustentáveis e levam este regime à sua própria crise, da qual a expansão financeira consiste no aspecto mais importante. A expansão financeira da economia mundial capitalista centrada nos Estados Unidos gerou uma liquidez de dólares no mercado mundial à busca de acumulação. Neste processo, a dívida externa pública é uma atrativa fonte para a acumulação no âmbito financeiro.

A análise de diferentes obras que tratam das políticas econômicas levadas a cabo no Brasil durante as décadas de setenta e oitenta permeada pela construção teórico-histórica de Arrighi permitiu interpretar o vertiginoso crescimento da dívida externa como um sintoma da fase de expansão financeira do Ciclo Sistêmico de Acumulação norte-americano. Neste sentido, o crescimento da dívida externa daquele período deveu-se menos à atuação do governo com políticas na direção do chamado “crescimento com endividamento” do que à necessidade do grande capital manter-se acumulando em enormes escalas na esfera financeira. Esta afirmação, contudo, não pretende absolver os então dirigentes da política nacional. Na verdade, a observação atenta às raízes do processo de formação do que hoje se conhece como o território brasileiro torna

mais transparente a consolidação de uma elite exportadora para quem a dívida externa não é encarada com maus olhos.

De acordo com a interpretação de Caio Prado Jr. acerca da formação histórica do Brasil, a colonização deste país, assim como toda a América Latina, detém um *sentido* exportador destinado a prover as necessidades da acumulação do capital nos países centrais, que eram na época as metrópoles. Este sentido, segundo ele, seria capaz de explicar os elementos fundamentais da formação histórica desta região, cuja totalidade dos países que a compõe situam-se na periferia ou semi-periferia da economia mundial.

Partindo desta percepção, pode-se concluir, a princípio, que se formou nos países latino-americanos uma elite que controla o setor exportador e que esteve quase sempre nos andares mais altos do poder político nacional e aí procura se manter. A noção geral que nasce desta colocação deve ser avaliada e comparada, contudo, para cada país da América Latina, bem como para outros países da periferia/semi-periferia mundial, sempre sob a perspectiva da longa-duração histórica, com um enfoque crítico e transcendendo as fronteiras que existem entre as ciências sociais. Somente desta maneira será possível avançar na real compreensão da complexa realidade latino-americana e, com isso, transformá-la. Apesar de não realizar esta comparação, o presente trabalho procurou caminhar no tempo e retornar, mesmo que de forma muito breve, à fase de expansão financeira do Ciclo Sistêmico de Acumulação britânico como forma de suporte à própria argumentação. Ficam abertas, portanto, as portas para uma pesquisa com as mesmas bases teórico-metodológicas que procure levar adiante a necessária comparação tanto geográfica quanto temporal.

A adoção da perspectiva de longa-duração histórica, ao lado da percepção do capitalismo como sistema social histórico, permite à investigação desenvolvida por Arrighi superar a maioria dos estudos que tratam das transformações mundiais ocorridas a partir dos anos setenta. Tendo isto em vista, a escolha do modelo analítico apresentado em “O Longo Século XX” como fundamentação teórica para propor uma nova interpretação da história econômica do Brasil traz em si a própria solidez que caracteriza aquele modelo, bem como suas possíveis debilidades. Com efeito, ao utilizar como referência básica o conceito de Ciclos Sistêmicos de Acumulação com a finalidade de situar um momento específico da história econômica da América Latina e, mais detalhadamente, do Brasil, o presente trabalho pode ser lido como uma

contribuição ao imprescindível e urgente esforço de superação da enraizada miopia analítica que caracteriza grande parte das análises econômicas.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIN, Samir. **La acumulación a escala mundial: crítica de la teoría del subdesarrollo**. México, DF: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

_____. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BAER, Monica; LICHTENZTJN, Samuel. **FMI e Banco Mundial**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

BATISTA Jr., Paulo Nogueira. La restructuración de la deuda externa brasilena: modalidades recientes y perspectivas (1982-1983). In: WIONCZEK, Miguel S.. **La crisis de la deuda externa en la América Latina**. México: Fondo de Cultura Económico, 1987.

BENAKOUCHE, Rabah. **Crise e dívida externa: o caso brasileiro**. São Paulo: Diniz, 1984.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, economia e capitalismo (volume III): O Tempo no Mundo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Civilização Material, economia e capitalismo (volume I): As estruturas do cotidiano.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **Escritos sobre História.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

_____. **Gramática das civilizações.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **A dinâmica do capitalismo.** Lisboa: Teorema, 1985.

BULMER-THOMAS, Victor. **La historia económica de América Latina desde la independencia.** México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica.** 6a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CARNEIRO, Dionísio Dias. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, M. de P. (org). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARNEIRO, Dionísio; MODIANO, Eduardo. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In: ABREU, M. de P. (org). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CERQUEIRA, Ceres Aires. **Dívida Externa Brasileira: Processo negocial 1983 – 1996**. Brasília: Banco Central do Brasil, 1997. Disponível em <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 10 de Outubro de 2004.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. A nova economia: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, F... [et al]. **Uma nova fase do Capitalismo?**. São Paulo: Xamã, 2003.

CHOSSUSDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**. São Paulo: Moderna, 1999.

CORRÊA DO LAGO, Luiz Aranha. A retomada do crescimento e as distorções do ‘milagre’: 1967-1973. In: ABREU, M. de P. (org). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CRUZ, Paulo Davidoff. Notas sobre o endividamento externa brasileiro nos anos setenta. In: BELLUZO, L.G.M.; COUTINHO, R. (orgs). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DEZELIN, Jacques. **Do embuste das dívidas externas ao absurdo dos privilégios às exportações**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Moraes, 1998.

ESTAY R., Jaime. A dívida externa da América Latina: notas sobre o fenômeno e suas interpretações. In: SANTOS, T. (org). **América Latina no limiar do século XXI**. Niterói: E.UFF, 2000.

FERREIRA, Alceu Conceição. As agências multilaterais e a política econômica do governo FHC. In: FERREIRA, Alceu Conceição; ALVIM, Valdir. **A trama da privatização**. Florianópolis: Insular, 2001.

FILOMENO, Felipe Amin. A política econômica brasileira dos governos Campos Salles (1889-1902) Fernando Henrique Cardoso (1994-1999) em perspectiva histórico-comparativa: uma análise à luz do conceito de Ciclos Sistêmicos de Acumulação. In: IX Encontro Nacional de Economia Política, 2004, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2004.

FRANCO, Gustavo H. B.. A primeira década republicana. In: ABREU, M. de P. (org). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GOLDFRANK, Walter L. Paradgm regained? The rules of Wallerstei,s world-system method. **Journal of World Systems Research**, VI, 2, Summer/Fall, 2000.

GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter. **O Brasil endividado: como a nossa dívida aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. **O capital : crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KUCISNKI, Bernardo; BRANDFORD, Sue. **A ditadura da dívida**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: 2000.

MARTINEZ-VELA, Carlos A. World systems theory. In: Research seminar in engineering systems, Fall, 2001. **Course notebook...** Massachusetts: Massachusetts Intitute of Tecnology, 2001.

MARX, Karl. **O capital : crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

McMICHAEL, Philip. Incorporating comprison within a world-historical perspective: an alternative comparative method. In: **American Sociological Review**, 55, 1990.

OURIQUES, Nildo D.; CARVALHO, Wolney R.; RUTKOSKI, Márcio M. A aristocracia financeira e o assalto ao Estado na América Latina. In: FERREIRA, Alceu Conceição; ALVIM, Valdir. **A trama da privatização**. Florianópolis: Insular, 2001.

PERDIA, Roberto Cirilo; NARVAJA, Fernando Vaca. **Plano Austral: nova estratégia do FMI**. Porto Alegre: Tchê, 1986.

PEREIRA, Luiz Bresser (org.). **Dívida externa: crise e soluções**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel. **La americanidad como concepto, o las americas em el moderno sistema mundial**. Revista Internacional de Ciencias Sociales, 1992.

RAMPINELLI, Waldir José. A globalização e as Privatizações. In: FERREIRA, Alceu Conceição; ALVIM, Valdir. **A trama da privatização**. Florianópolis: Insular, 2001.

RESENDE, André Lara. A ruptura no mercado internacional de crédito. In: ARIDA, P. (org). **Dívida externa, recessão e ajuste estrutural: o Brasil diante da crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Tempo, duração e civilização: percursos braudelianos**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. América Latina hoy: una visión de larga duración. **La Insignia**. México, 10 de Diciembre de 2002. Disponível em < www.lainsignia.org > . Acesso em: 15 de Dezembro de 2002.

SANTOS, Theotônio dos. World Economic System: on the genesis of a concept. **Journal of World-Systems Research**. VI, 2, Summer/Fall, 2000a.

_____. Desenvolvimento e dependência: América Latina no sistema mundial. In: SANTOS, T.(org). **América Latina no limiar do século XXI**. Niterói: Ed.UFF, 2000b.

SCHARZER, Jorge. **Convertibilidad y deuda externa**. Buenos Aires: Eudeba, 2003.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Historia del analisis económico**. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1971.

SILVA, Marcelo García. Las negociaciones de la deuda externa brasilena em 1985-1986. In: WIONCZEK, Miguel S.. **La crisis de la deuda externa en la América Latina**. México: Fondo de Cultura Económico, 1987.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte americana. In: FIORI, J.L. & TAVARES, M.C. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. O sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente. In: BELLUZO, L.G.M.; COUTINHO, R. (orgs). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIEIRA, Pedro Antônio. Uma crítica ao conceito de dependência a partir do conceito de economia-mundo. In: IV Colóquio latino-americano de economistas políticos, 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGV, 2004a.

_____. **O Brasil no desenvolvimento do sistema econômico inter-estatal mundial**. Projeto de Pesquisa, 2004b.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno** (volume I): Agricultura capitalista e as origens da economia. Porto: Afrontamento, 1990.

_____. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

_____. **O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI.** Rio de Janeiro: Revan, 2002.